

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE
INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS**

21 a 25 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro

OFICINA

COMO CRIAR UMA LINHA DE PESQUISA HISTÓRICA NO IBGE?

22 de agosto de 2006

ABERTURA DOS TRABALHOS

Há tempos vimos fazendo a pergunta que lhes propusemos na fundamentação dessa oficina: *Como criar uma linha de pesquisa histórica no IBGE?* Ora, vocês terão percebido que essa pergunta pressupõe, se não alguma convicção, ao menos alguma suspeita, de que deve haver uma linha de pesquisa histórica associada à elaboração das informações estatísticas. Pois temos bastante convicção da propriedade de se introduzir essa linha de pesquisa nas instituições estatísticas, ou seja, no IBGE; e é o que lhes queremos argumentar nesta abertura dos trabalhos. Antes de seguir, contudo, valerá registrar uma importante observação: ainda que adiante nos refiramos às estatísticas, sobre as quais temos melhor domínio, e sobre cujos processos produtivos vimos, há anos, escrevendo e publicando, importa marcar que o IBGE é uma instituição estatística peculiar, já que realça também uma vertente geográfica, ou, como é dito hoje em dia, uma vertente geocientífica (geográfica, geodésica, cartográfica; de recursos naturais e de meio ambiente). Assim, o que aqui será dito sobre as estatísticas, *mutatis mutandis*, valerá também às informações geocientífica.

As informações estatísticas contribuem distintamente para tornar próximas e presentes as realidades distantes e ausentes. Conhecidas, essas realidades complexas tornam-se pensáveis e, por isso, potencialmente governáveis (em visão ampla e aberta de governo, não apenas o governo dos estados). Nesse sentido, as estatísticas configuram tecnologias de distância, enquanto procedimentos formalizados de controle ou de domínio, encaixando-se à maravilha como tecnologias de governo, dessa forma, vindo a integrar uma determinada racionalidade instrumental. Estamos falando numa forma de saber e numa fonte de poder.

As informações estatísticas, convém esclarecer, não revelam, simples e naturalmente, as realidades, tal como são; antes, revelam realidades previamente construídas, idealizadas. Aliás, nunca sabemos a realidade das realidades. As construções realizadas não são arbitrárias, personalistas, ao contrário, são públicas e são

coletivas, obedecendo aos ditames das ciências. Sim, são as ciências e os métodos de pesquisa que definem os limites dos nossos olhares, limites estreitos e rígidos, sob intenso controle. As instituições estatísticas são centros de cálculo, na expressão latouriana, ou, de modo mais comum, são instituições de pesquisa.

As informações estatísticas, desejadas por sugerirem objetividade, o que é inerente aos números desde os inícios das ciências, são, de fato, complexas objetivações (são objetividades objetivadas). Como tudo nas ciências, naturais e sociais, e nas pesquisas, essas informações são laboriosas construções. Embora num primeiro instante reduza-se (sintetize-se) a realidade, porquanto perdendo-se a exuberância das individualidades, num segundo instante se a amplifica, ganhando-se a riqueza do coletivo, nos quais as individualidades se tornam individualizações.

Dito de outra forma, as informações estatísticas, porquanto expressões numéricas de coletivos, interessa a todos que agem no e sobre os múltiplos, que se quer ordenados, disciplinados, padronizados. Essas informações, mesmo partindo das informações individuais, que as fundam, expressam coletividades; em seus processos de construções as individualidades (em coletividades previamente idealizadas) são desconstruídas para, ao fim e ao cabo, serem reconstruídas como individualizações (individualidades individualizadas): o um no outro.

Estamos falando, dessa forma, em formas de saber como fontes de poder; poder como capacidade transformadora, capacidade de promover ou de estimular ações sobre mundos distantes e ausentes. Pessoas, objetos (coisas) e situações (fatos, eventos, acontecimentos) são trazidos à presença dos decisores, às suas mesas, na forma de tabelas, de gráficos, quiçá na forma de mapas (cartogramas). Pelas informações estatísticas, amparadas em preceitos das ciências, molda-se uma sociedade, mais ainda, vale dizer, fazem-se discursos de verdade!

Por tudo isso, importa conhecer a intimidade dessas informações. Ao fazê-lo, tomando-as como objeto de estudo e não, o que é muito comum, como meio de análise, cria-se um campo de pesquisa; constitui-se uma sociologia das estatísticas.

Para quem recebe as estatísticas, isso significa apreender suas inegáveis e incontáveis possibilidades, em meio a muitas limitações. As informações estatísticas, vale marcar, não são apenas signos (números) de simples e imediato armazenamento, recuperação e reutilização; são signos, sim, mas sob forte significação fundadora, estreitando suas fronteiras, limitando suas reutilizações. Essas informações, já na produção e na disseminação (divulgação, emissão), são tanto da ordem da sintática quanto da ordem da semântica, seja na sua dimensão teórico-conceitual, seja na sua dimensão teórico-processual. Assim sendo, dar novas significações às informações elaboradas e tornadas disponíveis, pressupõe respeitar-lhes as fronteiras originárias (ultrapassá-las, implica grande risco e custo); compreendê-las devidamente é essencial, e pressupõe aplicação e empenho de quem as recebe e, claro, de quem as elabora.

Para quem as produz e dissemina (divulga, emite), isso quer dizer adquirir

absoluta consciência do que faz e porque o faz, aprofundando e reforçando, assim, o sentimento de perplexidade e a tradicional condição de dúvida (crítica e autocrítica, contínua e sistemática, quanto ao como faz o que faz) que devem permear as pesquisas. As instituições estatísticas serão tornadas transparentes, em suas histórias e em suas condições correntes de pesquisa. E seus atores ganharão revelação específicas como profissionais, configurando uma comunidade especialista; ou seja, sociólogos, economistas, demógrafos, geógrafos, cartógrafos, e vários outros, imbuídos da elaboração dessas informações, em suas especificidades, serão tornados nos *estaticistas*, o profissional específico das instituições estatísticas.

Parênteses. Além do tornar disponíveis as estatísticas, é de praxe associar-lhes os procedimentos metodológicas que lhe deram geração. Os conceitos e as definições, os processos de pesquisa em campo (conquista aos informantes, sob o manto da obrigação, sob olhar delegado; os planos de amostra), os processos de agregação (crítica, imputação, distribuição, armazenamento), os processos de disseminação (com atenção à garantia do sigilo), e outros pontos. Contudo, dá-se apenas a contexto da justificação, deixando nas sombras o contexto da descoberta.

Vimos falando nas estatísticas como informações, cuja geração é a vocação precípua das instituições estatísticas; e por isso temos o plano da semântica. A passagem da informação ao conhecimento, apreendendo as realidades complexas, a partir de problemas e de hipóteses, essa não é vocação das instituições estatísticas. Ou seja, estar no plano da pragmática, fazendo emergir conhecimentos, é da natureza da academia, é próprio do mundo acadêmico. Mas nós, estaticistas, se somos acadêmicos, e muitos os somos, fazemos pesquisas acadêmicas, e somos geradores de conhecimentos.

Mas, assim sendo, cabendo às instituições estatísticas a geração de estatísticas como informações, e não conhecimentos tipicamente acadêmicos, em nossos processos de pesquisa desenvolvemos conhecimentos. Conhecimentos metodológicos inexistentes nos livros e nos cursos tradicionais de metodologia; conhecimentos e instrumentos tecnológicos, como exemplo histórico, o próprio computador. Por demais, somos levados a ir além das ciências, criando conceitos inexistentes, formulando definições essenciais, configurando classificações (de atividades, de ocupações, e outras), gerando cadastros; enfim, um corpo de noções que moldam as pesquisas acadêmicas.

Concluo. A Sociologia das Estatísticas, tomando as informações estatísticas e as instituições estatísticas como objeto de estudo, para ser plena, terá que olhar o presente e o passado. O presente tem sempre uma história; há uma tradição histórica que limita, e conduz o presente; há rigidez, e há inércia. E é essa nossa crença, de que precisamos com urgência dessa linha de pesquisa histórica, devidamente formalizada. Não se trata, a nosso juízo, de estarmos a extrapolar funções, de fazer algo que seja natural à academia, apenas. Fazer tais pesquisas históricas, em nosso próprio ambiente, mas afinados à academia, é podermos alcançar a íntegra, a plenitude de nossos processos de

trabalho, é ter visão ampla de nossa atividade; só assim saberemos bem mensurar a realidade presente com vistas ao mudar do futuro. Disso temos convicção, mas não nos é claro como criá-la, e foi essa a origem desta oficina; não nos é claro como definir um programa de trabalho, definindo uma agenda de temas, não nos é claro como envolver a academia, não nos é claro como formar equipes, não nos é claro como dispor as fontes, como selecioná-las, como ordená-las, com que prioridade digitalizá-las. Esses foram problemas, entre vários outros, que colocamos em discussão no documento fundador dessa oficina, e que seguem sendo nossa pauta, aqui e agora.

Começamos os trabalhos, oferecendo um pré-relatório que incorpora ao documentos fundador da oficina, as contribuições recebidas. Para tanto, passo a palavra ao historiador Alexandre Paiva Rio Camargo, a quem designamos como relator dessa oficina. Depois, seguiremos com exposições e debates, em curso livre de idéias.

Bem vindo! Que tenhamos sucesso!

Nelson Senra

Coordenador da oficina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Rio de Janeiro, maio / junho de 2006.

Prezado Pesquisador:

Estaremos realizando de 21 a 25 de agosto próximo o **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, como mais um dos grandes eventos que buscam marcar os 70 anos da criação do IBGE. Trata-se de um evento de grandes proporções, inclusive com segmentos internacionais, e que atrai um grande número de estudiosos e pesquisadores, em áreas de saber as mais diversas, como Sociólogos, Economistas, Antropólogos, Demógrafos, Geógrafos, Cartógrafos, Historiadores, e outros.

È o momento de definição do futuro. A partir desse evento, em eventos menores, e continuados, estaremos, ao fim e ao cabo, renovando os programas estatístico e geográfico nacionais. Donde decorre sua natural importância; afinal, é através dos números da população, em si, e em sociedade, num território, que melhor se conhece e se governa um país. O espaço nas mídias ganho pelo IBGE, é prova cabal dessa importância; com seus números (em tabelas, em gráficos, em cartogramas, e discursados), o IBGE constrói a história.

Na ocasião, em uma tarde, cuja data ainda não temos definida, faremos realizar a oficina “Pesquisa Histórica no IBGE”, e para dar-lhe o contorno foi elaborado por nossos pesquisadores o documento “Como criar uma linha de pesquisa histórica no IBGE?”. Nele fica claro nossa intenção, qual seja, dar curso em novas bases, sólidas e profundas, às pesquisas históricas nesta instituição, até hoje apenas eventuais, sem quase nenhuma sistematização. Queremos modificar essa situação, e para tanto pedimos seu envolvimento.

Apreciaremos e valorizaremos sua presença na oficina, participando dos debates, bem assim, e sobretudo, nos enviando suas reflexões por escrito (o mais cedo possível, até final de julho). Desnecessário enfatizar que nossa intenção é conseguir responder à pergunta que orientou a feitura e intitula o documento acima aludido, e que segue anexo a este convite. Com sua valiosa atuação, feitos os anais, teremos o insumo necessário à formalização institucional dessa linha de pesquisa, estreitando nossos laços com o mundo acadêmico.

Queremos estreitar esses laços, com ganhos mútuos. Para tanto, valerá enfatizar, dependemos de sua participação efetiva; de nossa parte, faremos o máximo para o sucesso da oficina, e da idéia em debate. Atenciosamente,

David Wu Tai

Coordenador-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Para enviar textos:

Rua Gal. Canabarro 706 – Maracanã

20.271-201 Rio de Janeiro, RJ

ou por e.mail para senra@ibge.gov.br

Tel. (21) 2142-0812 (Nelson Senra ou Alexandre Camargo ou Marco Santos)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE
INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS**

21 a 25 de agosto, no Rio de Janeiro

OFICINA:

COMO CRIAR UMA LINHA DE PESQUISA HISTÓRICA NO IBGE?

FUNDAMENTOS

Este documento se pretende uma fundamentação preliminar acerca da institucionalização de uma linha permanente de pesquisa em história no IBGE. Preliminar porque visa a apresentar algumas reflexões e os termos do debate organizado pelo próprio IBGE, em oficina do II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, a ser realizado entre 21 e 25 de agosto de 2006. Sendo assim, este texto apresenta ao menos dois interlocutores bem definidos: o público interno, diante da necessidade de harmonizar a linha de história com os trabalhos e os projetos institucionais, e o público externo, constituído basicamente pela comunidade acadêmica de historiadores; pesquisadores universitários e centros que tenham a pesquisa histórica no bojo de suas atividades, logrando sucesso em sua implementação. Dois olhares e duas demandas diferentes que explicam a diversidade na eleição dos objetivos e no desenvolvimento dos argumentos apresentados nesta fundamentação. Por conta disso, alguns aprofundamentos foram dispensados, esperando-se que sejam perdoados, tendo em vista o imperativo de objetividade e de consistência dos propósitos aqui presentes. Uma discussão mais apurada e rica, seja no sentido teórico-metodológico, seja no sentido operacional, deverá ter lugar no IBGE, quando da realização da oficina, para o que contamos com a presença e colaboração dos convidados, na forma de reflexões e de testemunhos, tão importantes nesta hora de união de esforços para a criação da linha de pesquisa histórica no IBGE.

I

No IBGE, ao longo do tempo, tem havido pesquisas históricas; e não poucas. Em geral são de iniciativa particular, não sendo institucionais¹. Às vezes até ganham o apoio da direção, mas o mais comum é que sejam feitas em horas de folga, ou de lazer². Não raro são feitas

¹ Um exemplo deste tipo de obra é a monografia de Aloysio Villela de Azevedo, “Os recenseamentos no Brasil”, de 1990.

² Um exemplo é o estudo de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves, “IBGE: um retrato histórico”. Outro exemplo, o estudo de Eli Alves Penha, “A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado

por curiosos, até bem formados, com alguma substância intelectual. Mas quase nunca o são com métodos, de modo contínuo e sistemático.

Houve momentos, como os das comemorações dos 50 e dos 60 anos de criação, nas gestões dos Prof. Edmar Bacha e Simon Schwartzman, respectivamente, em que se empenhou por pesquisa histórica; mas foram pesquisas espasmódicas³. Ao tempo do cinquentenário constituiu-se um chamado Projeto Memória, tempos depois (em 1991) integrado à estrutura como unidade permanente. Mesmo assim, sem avanços contínuos.

Realizações grandiosas ocorreram, e merecem destaques a elaboração das obras **500 anos de povoamento**⁴, em 2000, **Estatísticas do Século XX**⁵, em 2003, e poucas outras, sempre contando com pesquisadores contratados. Houve antes, uma ou outra reedição de obras históricas, de um ou outro catálogo; sem olvidar o valor histórico das publicações rotineiras, com realce aos **Anuários Estatísticos**⁶ e ao **Brasil em números**.

II

Agora mesmo vem-se dando curso à redação de uma **História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002**, em quatro volumes (três deles já prontos).

O 1º volume, **Estatísticas desejadas: 1822-c.1889**, o 2º volume, **Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936**, e o 3º volume, **Estatísticas organizadas: c.1936-c.1972** sairão todos este ano⁷; o 4º volume, em fase de pesquisa e elaboração, **Estatísticas formalizadas: c.1972-2002**, sairá em meados de 2007.

Sem dúvida alguma, uma obra grandiosa, monumental, diferente de tudo que se fez antes, mas, pese tudo isso, ainda que tendo sido aceita e aprovada pela direção superior, tem o mesmo caráter anterior de eventualidade. Dessa forma, tudo que trouxe à superfície, a sugerir detalhamentos e aprofundamentos, pode cair no vazio.

Sim, sem uma linha de pesquisa histórica institucionalizada, com pesquisadores, e recursos materiais e financeiros vinculados, o sério esforço desse momento tende a se esvaír, o que seria lamentável. Isto posto, mudar esse estado de coisas exige que se empenhe esforços e energias nessa proposta de discussão.

Novo” (derivado de sua dissertação de mestrado). E vários outros.

³ Ao tempo do cinquentenário houve a reedição de obras raras. Ainda que esta prática exista, de tempos em tempos, sendo alguns volumes fac-similares, carece-se de um programa sistemático. E há um sem número de obras no acervo ibgeano que poderiam ser reeditadas com proveito para os estudos.

⁴ Ronaldo Vainfas foi o organizador desta obra. Elaboraram capítulos, além do próprio Vainfas, Jacqueline Hermann, Renato Pinto Venâncio, João José Reis, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Keila Grinberg, Valdir Gregory, Angela de Castro Gomes, Maria Lúcia Mott e Kaori Kodama.

⁵ Wanderley Guilherme dos Santos e Marcelo de Paiva Abreu foram os organizadores desta obra. Elaboraram capítulos, além dos próprios organizadores, Nelson do Valle Silva, Maria Ligia de O. Barbosa, Leilah Landim, Carlos Hasenbalg, Nísia Trindade Lima, Maria Tereza Sadek, Gilberto Hochman, Francisco Viacava, Adalberto Moreira Cardoso, Fabiano Santos, Segio Miceli, Antonio Cláudio Zochaczewski, Regis Bonelli, Jorge Chami, Gustavo Gonzaga, Danielle Carusi Machado, Eustáquio Reis, Fernando Blanco, Lucilene Morandi, Mérida Medina.

⁶ O Anuário Estatístico do Brasil foi objeto de estudo histórico (sem maiores profundidades). Aí está uma fonte de estudos valiosos, fazendo um retrato das realidades estatísticas do país.

⁷ O primeiro volume terá prefácio de Ronaldo Vainfas, o segundo volume terá prefácio de Ciro Flamarion Cardoso (ambos já feitos). O terceiro volume terá prefácio de Simon Schwartzman.

III

Essa proposta caminha, o que nos alenta. A atual gestão, por várias vezes, revelou-se sensível à recuperação da história do IBGE, bem como, da atividade estatística no Brasil. Sensibilidade traduzida na promoção de sessões de saudades ou de júbilos, com palestras e testemunhos, com vídeos (antes e depois), e com edições fac-similar.

Assim, no espírito dos festejos dos 70 anos do IBGE, 1936-2006, em fevereiro rendeu-se homenagem a Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do IBGE, aos 50 anos de sua morte, em sessão de saudades⁸; em março foi a vez de Fábio de Macedo Soares Guimarães, um dos pilares da geografia brasileira, aos 100 anos de seu nascimento, em sessão de júbilo. Em agosto próximo, haverá homenagem a Isaac Kerstenetzky, o homem que refundou o IBGE em 1973, aos 80 anos do seu nascimento, em sessão de júbilo. E outros que poderão ainda ser lembrados.

Os seminários têm sido feitos cada vez mais numa perspectiva de consciência histórica, de resgate das referências do passado institucional, com vistas ao futuro. Ainda nessa linha, no seminário em homenagem a Teixeira de Freitas foi anunciada a iniciativa de se digitalizar o Fundo Teixeira de Freitas, material que hoje se encontra no Arquivo Nacional. A digitalização desse imenso acervo de 13.600 documentos que supõe prévia organização, classificação e análise sistemática, exige uma equipe de historiadores, de arquivistas, de documentalistas que já está sendo providenciada⁹.

IV

O empenho exigido nessa pesquisa pioneira de elaborar uma **História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002**, ao se tomar as estatísticas e as instituições estatísticas como objeto de estudo, dessa forma, configurando uma Sociologia das Estatísticas, tem aproximado seus responsáveis das reflexões historiográficas mais apuradas.

No amplo recorte temporal do estudo (1822-2002), os quatro volumes cobrem o lento e espinhoso processo da institucionalização da atividade estatística no Brasil. Falamos aqui do IBGE, é claro, do alto dos seus 70 anos, mas também dos órgãos oficiais de estatística dos ministérios, nas autarquias, e lugares afins, ontem e hoje, e, sobretudo,

⁸ Quando do centenário do seu nascimento (1990) houve um evento em três dias, com grande afluência de estudiosos acadêmicos, e com edição de volume fac-similar.

⁹ Teixeira de Freitas foi um homem múltiplo: estatístico (sendo advogado), estudioso da educação (a quem Lourenço Filho sugeria como um dos cardeais da educação), matemático (tendo proposto uma resolução ao Teorema de Fermat), estudioso da doutrina cristã (sendo autor de um livro inédito). Um dos maiores artífices nas discussões em torno da Educação nos anos 1930 e 1940, foi um homem que pensou o Brasil, com visão muito especial. Em sua ação como homem público e pela natureza das instituições a que se ligou (como a Associação Brasileira de Educação – foi seu presidente – e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres), elaborou um minucioso projeto de nação, com diretrizes ruralistas e municipalistas. Como idealizador e fundador do IBGE soube dar forma institucional a este projeto, através do assim chamado “ideário cívico do IBGE”, cujas feições mais acabadas encontram-se sistematizadas no estudo “Problemas de Base do Brasil”. Trata-se de um documento oficial do IBGE que esquadrinha o pensamento social do Instituto para o país (reconhecido por Getúlio Vargas), sempre consubstanciado nas atividades do órgão e articulado com as bandeiras encampadas por seu idealizador Teixeira de Freitas. Por isso, “Problemas de Base do Brasil” foi talvez o primeiro plano de Brasil elaborado por uma agência de governo, projeto pioneiro na história do planejamento brasileiro.

indo ao passado pioneiro, da Diretoria Geral de Estatística, seja a havida no Império, seja aquela restaurada na República. Estudou-se as primeiras entidades oficiais a darem corpo à atividade estatística, e, mais, viu-se a nova – e ainda fragmentada – percepção da estatística como instrumento privilegiado de gestão pública.

A centralidade da estatística para a gestão pública pode ser vista em seu papel de aprimorar a administração do Estado e a ordem legal constituída, através da revelação da população, em si, e em sociedade, num território, que se tornam objetos manipulados por um Estado que se pretende planejado (e planejador). Nenhum outro saber (informação e conhecimento), que não o revelado pelas estatísticas, poderia estabelecer padrões de comparabilidade entre realidades distantes, ausentes e tão variadas em suas formas e natureza. Diluindo as especificidades das individualidades, as estatísticas as reconstróem como individualizações (individualidades individualizadas). Dessa forma, as estatísticas estabelecem elementos de comparação, fornecendo as condições de intervenção para o Estado, um Estado que não apenas precisa de números para se ver, como já vem de longe, mas que, mais e mais, governa com números.

V

Então, valerá perguntar: será que nosso Estado, no Império e na República, sobretudo a primeira, governou de fato com números? Certamente que não. A dominação “racional-legal” descrita por Max Weber nunca foi forte entre nós. A racionalização dos métodos de dominação e os princípios de legitimação invocados pelo Estado moderno, a razão, a ciência e o direito, tardaram a vingar na estrutura política brasileira, dada a predominância de formas arcaizantes de dominação – tradicionais e carismáticas –, para permanecermos na tipologia weberiana. Porém, vingaram. Um dos temas pilares de amplo interesse para estatísticos, historiadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas é o da ação dos estatísticos – no âmbito técnico-científico como no da inserção política na estrutura dirigente – para expropriar ou diminuir o impacto da capacidade decisória dos grupos oligárquicos e seus representantes políticos, mediante o recurso à razão instrumental da estatística, fundadora do planejamento estratégico do moderno Estado brasileiro. Uma primeira linha de estudo sobre a participação da estatística na racionalização do nosso Estado (por exemplo, na destinação e planejamento dos desembolsos públicos), suplantando o particularismo e a influência de segmentos mais tradicionais do campo econômico, ainda está por ser feita.

Em consonância com a pesquisa sobre o papel desempenhado pela estatística na racionalização do Estado brasileiro e na legitimação de sua dominação, temos outras frentes a ela aparentadas: 1) a investigação sobre a relação histórica entre os programas estatísticos e os picos de demanda por estatísticas no desenvolvimento econômico do Estado brasileiro; 2) a pesquisa histórica sobre a relação entre produtores e usuários de estatística, inserida no campo da história da tecnologia e disseminação da informação; 3) corolário desta frente é o estudo da propaganda censitária (e estatística em geral) e da mobilização dos símbolos por ela evocados, situado no fértil campo do imaginário político e das representações sociais¹⁰; 4) a pesquisa da história dos registros públicos criados pelo

¹⁰ A propaganda censitária foi um recurso absolutamente indispensável à realização dos censos, jogando um papel decisivo tanto na desconstrução das representações tradicionais de poder, quanto na transformação das representações sociais. Por isto mesmo, esta propaganda muito merece uma história, que se estenderia desde os débeis recursos de divulgação da antiga Diretoria Geral de Estatística do Império e da República, passando

Estado (a começar do registro civil, e chegando-se a vários outros).

Pode parecer um tanto estranho esse último ponto. Porém, o estranhamento cedo desaparece quando se sabe que a supervisão sobre o registro civil e dos órgãos por ele responsáveis, os cartórios, e os livros de registro, foi associada à atividade estatística, sob o comando da Diretoria Geral de Estatística, desde o início da República até a criação do IBGE. Ao que tudo indica, a fixação desta atribuição na atividade estatística é um traço peculiar da história do país, posto que se trata de matéria de natureza jurídica, sendo por regra geral da alçada do Ministério da Justiça – em associação ao Judiciário –, o único, de fato, capaz de fazer cumprir o registro civil. Em suma, essa especificidade por si merece uma história, que ganha contornos ainda mais profundos quando se percebe o papel da estatística na definição da personalidade jurídica dos indivíduos, base para o reconhecimento dos direitos, e na construção dos registros públicos dos quais ela deveria se servir, nunca criar.

VI

Algumas das frentes anunciadas e outras propostas esboçadas mais adiante se filiam à História do Poder, às suas várias molduras teóricas. Vejamos muito resumidamente alguns dos enfoques e problemas suscitados pela História do Poder, aqueles que se ligam diretamente ao nosso interesse imediato: **criar uma linha de pesquisa histórica no IBGE**. Enfatizar determinados enfoques e problemas significa buscar compor um quadro teórico, frágil dado o caráter inicial das reflexões, porém consciente, ao buscar situar as propostas aqui apresentadas no universo historiográfico atual.

Em linhas muito gerais, a perspectiva de História do Poder respondeu por boa parte da renovação operada no campo de estudos da História Política. A “Nova História Política”, ao adotar uma perspectiva relacional para o estudo do poder, rompeu com a percepção tradicional que localizava o poder no âmbito do Estado e na sua relação com a sociedade. Com as contribuições da antropologia política (como a noção de “ritual”, ou com a idéia de criação e atualização de práticas sociais através de discursos performáticos, entre outras), de Michel Foucault (suas preocupações com as “práticas discursivas”, os efeitos dos discursos, os “micropoderes” e o “poder circulante”) de Pierre Bourdieu (o conceito de campo e o de capital simbólico), entre muitas outras, a nova historiografia do poder foi muito influenciada, traduzindo as noções de “relações de poder”, de “processos de objetivação” ou de “individualização” e abordagens mais estruturalistas para a sua perspectiva, comprometida com a noção de sujeito histórico atuante, dos indivíduos como agentes políticos. Neste sentido, uma das abordagens da Nova História Política encara os agentes históricos a partir das posições que ocupam na estrutura do poder. Posições que objetivam suas estratégias e tomadas de decisão individuais. Assim, a História Política amplia seu eixo de investigação da política oficial de Estado ou das disputas de classes até

pela “revolução” que foi a propaganda do censo de 1920, quando logrou-se associar o recenseamento ao centenário da independência e se fez uso da tecnologia mais moderna de então, sem olvidar o IBGE que, desde pouco depois de sua criação em 1936, possui o maior parque gráfico da América do Sul. Outra proposta na mesma frente seria a pesquisa sobre as apropriações e inversões dos símbolos oficialmente evocados pela propaganda estatística, segundo o contexto significativo em questão, muitas vezes em função da resistência popular à ação do Estado na esfera privada. Um excelente exemplo é o do censo geral de 1852, interrompido e abortado por conta de revoltas populares, ocorridas sobretudo no nordeste. Os movimentos teriam iniciado, entre outras razões, por boatos que corriam que identificavam a pesquisa sobre a cor da população à tentativa de reescravidão dos libertos, e talvez de sua descendência.

a micropolítica das relações cotidianas, operando com noções como “posições objetivas”, “estratégias individuais”, “imaginário político”, e tantas mais, variando a ênfase de acordo com a vertente.

Uma destas vertentes, aliás, é a da História das Instituições, abrangendo a expressão desde agências de governo até empresas privadas, passando, é claro, por instituições de ciência e de pesquisa, produtoras de conhecimento em geral. As problemáticas são, por exemplo, o mapeamento das filiações políticas de seus dirigentes e consorciados, a construção de suas redes de sociabilidade, o trânsito de posições, a mobilização de símbolos, a interlocução com classes sociais específicas, o esforço de nacionalização dos projetos institucionais. Neste sentido, as instituições, as associações de ciência e de intelectuais constituem uma *estrutura elementar de sociabilidade*, na expressão de Jean François Sirinelli. São lugares de fermentação da intelectualidade, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Através da análise das instituições, podemos verificar o seu funcionamento, a adesão e a exclusão de membros e projetos, baseando-nos nas redes de sociabilidade institucional e interinstitucional. Ao mesmo tempo, ao abordarmos as instituições a partir de fatores políticos, sociais e culturais podemos devolver a análise institucional a uma perspectiva mais totalizante e responsável do conhecimento histórico.

Esta pequena digressão sobre os novos rumos da História Política e das reflexões sobre o poder não tardará a se justificar, ao passarmos para os demais pontos desta fundamentação, que estarão referenciados aos enfoques e problemas acima levantados.

VII

Outro ponto, já no âmbito interno das instituições estatísticas, seria descortinado pela pesquisa histórica da construção e da evolução das categorias estatísticas. Através da análise das minutas, relatórios e pareceres de comentaristas e equipes de recenseamento seria possível delimitar a extensão e o significado das categorias. Sempre polêmicas, estas classificações primam pela descontinuidade existente entre os censos num mesmo âmbito de investigação. E são muitas essas categorias estatísticas.

Peguemos o exemplo da categoria “cor” (“cor ou raça”, segundo o censo de 2000). Até mesmo a terminologia, para não falar da delimitação, foi profundamente alterada na história desta categoria. O quesito “raça”, pesquisado nos censos de 1872 e de 1890, não foi inquirido em 1900 e 1920, retornando em 1940, sob o rótulo “cor”, permanecendo até o censo de 2000 (exceção foi feita em 1970) que admitiu “raça” e “cor” como sinônimos, compondo uma única categoria (“cor ou raça”). As omissões exigem explicações que vão além das alegações oficiais dos órgãos responsáveis. Elas exigem a intervenção do historiador, “além do fato”. A categoria racial, como muitas outras, é uma construção histórica. Não há nenhuma continuidade de significados entre a classificação racial praticada na virada do século XX, informada pelo argumento do racismo científico, e a de cem anos depois, no bojo das discussões e políticas multiculturalistas (por exemplo, gerando as chamadas políticas positivas).

Categorias demográficas, em geral, são polêmicas e descontínuas, quanto ao âmbito de investigação adotado nas pesquisas estatísticas: “ocupação”, “renda”, “migração”, “fecundidade”, “instrução”, “trabalho”. “Família” e “Domicílio” também são duas categorias transformadas por renovações conceituais em sua definição. “Religião”, por diversas vezes, foi quesito que deixou de ser pesquisado. A estas juntam-se as categorias

econômicas: “produção”, “subsistência”, “industrialização rural”, “remuneração de trabalho”, e tantas outras. Por demais, as opções deixadas para que os recenseados se incluíssem e se classificassem raras vezes foram as mesmas no tocante a estes quesitos, o que mostra que a pesquisa das categorias muitas vezes está condicionada à imagem do país que se quer produzir. Por que certas categorias, mormente as de estatística social como “cor” e “religião”, não foram investigadas em determinados momentos históricos? Quando e como a pressão política, seja com o aval ou a resistência da competência técnica, influenciou na delimitação e no modo de execução das categorias? Devemos ter em mente que a eliminação de certas opções de classificação e a preferência por outras na elaboração dos formulários censitários podem afetar a escolha dos recenseados que se classificam nestas categorias, obtendo-se, com efeito, resultados harmonizados com a imagem de país que se quer produzir.

É mais do que isso. A oscilação na investigação das diversas categorias estatísticas e a pluralidade dos significados implicados nos contextos históricos de sua produção são um grande desafio à análise social. Somente a pesquisa histórica pode identificar e delimitar a continuidade existente na investigação oscilante das categorias, estipulando unidades mínimas de comparação, assim como alertar para as falsas ou aparentes continuidades, que escamoteiam a diversidade de metodologias e de objetivos (técnicos e políticos), orientadores das categorias. Tudo isso merece, e demanda mesmo, estudos e análises, com olhares multidisciplinares.

Adiantando o que diremos mais à frente, o programa de trabalho da linha contempla uma parceria com a academia. No que diz respeito à formulação das categorias estatísticas, alvo de tantas polêmicas conceituais e processuais (afinal, cada vez mais seus números configuram direitos), a academia até hoje tem apenas fornecido conceitos, tendo o IBGE que arcar com as frequentes insatisfações dos demandantes representados em tais categorias. Ao mesmo tempo, a comunidade científica, dentre ela os historiadores, utilizam as categorias estatísticas em seus trabalhos, como meio de análise. Muitas vezes lhes escapa que a estatística opera com individualizações e que, por isso mesmo, participa da elaboração do social. Assim fazendo, a estatística molda o social e os olhares externos dos pesquisadores. Portanto, mais do que tomar as categorias como objeto de reflexão acadêmica, trata-se de conhecer a experiência histórica do IBGE e a metodologia da estatística para melhor compreender o universo que preside a construção das categorias. Dessa forma, alargam-se os estreitos limites de cooperação entre o IBGE e a academia. Fornecendo-se as condições institucionais para o conhecimento da experiência histórica do IBGE e do *modus operandi* estatístico, através da linha de pesquisa, a comunidade de historiadores (tanto os incorporados ao quadro quanto os usuários externos – pesquisadores universitários, mestrandos e doutorandos) passa a ser convidada a refletir ativamente sobre as categorias estatísticas, aprimorando sua formulação e execução, os aspectos conceituais e processuais.

Ainda no que diz respeito à frente de pesquisa das categorias estatísticas, ressalva-se a sua importância para integração e aperfeiçoamento dos trabalhos estatísticos e das linhas de pesquisa em andamento do IBGE. O pessoal da área de História poderia ser alocado em caráter contingencial em épocas de mobilização para os recenseamentos, de revisões e de introduções de novas temáticas de pesquisa, recuperando o quadro conceitual histórico utilizado nas investigações anteriores e confrontando-as com o quadro teórico fornecido pelas equipes de sociólogos e antropólogos. Mediante o conhecimento dos relatórios e pareceres das comissões e dos técnicos das pesquisas de mesma natureza já realizadas pelo IBGE, pode-se evitar a repetição de erros, desnudar antigas dificuldades e obstáculos à

execução da pesquisa.

Dessa forma, tanto o aspecto teórico quanto o processual seriam fortalecidos, facilitando em larga medida a precisão e o planejamento das operações. Os historiadores poderiam, por exemplo, contribuir para a eficácia das tomadas de decisões sobre a conveniência ou impertinência da montagem de comissões censitárias (a discussão é recorrente a cada censo), com base na experiência histórica. O estudo das adoções das técnicas de amostragem, das tecnologias de processamento, e um mundo de outros temas, estão a exigir estudos e análises históricas.¹¹

Enfim, o conhecimento da experiência histórica da instituição pode poupar tempo e custos, ajudando a dinamizar os esforços.

VIII

Uma linha de pesquisa histórica, a nosso juízo, responderia por um **programa de trabalho formado em três frentes**: interna à equipe, externa à equipe mas interna ao IBGE, e externa ao IBGE. Claro, a depender dos recursos disponíveis, materiais, técnicos, e, em especial, humano, em equipe formada por historiadores, economistas, sociólogos, demógrafos, arquivistas, cientistas da informação, e vários outros.

A primeira frente de ações traduziria a autonomia da equipe e sua liberdade na eleição de temas e objetos de pesquisa, como, por exemplo, o estudo das revistas e das sociedades científicas vinculadas à Estatística e à Geografia, reunindo a maior parte dos principais nomes da estatística e da geografia no Brasil e no mundo. São documentos riquíssimos para o estudo da formação e consolidação do campo científico de ambas as áreas no país. Divulgaram contribuições de grandes intérpretes brasileiros, como Gilberto Freyre, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho, Roquete Pinto, Alceu Amoroso Lima, entre outros. Em suas páginas deu-se muito do debate sobre a educação do país nos tempos de Capanema, com contribuições do próprio Amoroso Lima e vários artigos de Anísio Teixeira e de Lourenço Filho.

Estudar estas revistas, pela importância que atingiram nos anos 40, 50 e 60, muito além de fazer história institucional e história dos intelectuais, é reescrever a história do país, ao recuperar o IBGE como agente político na formulação dos projetos nacionais – conservadores e reformistas – em sua importante função de planejamento estratégico. O IBGE precisa ser estudado em seu entorno significativo, em sua inserção e atuação na estrutura política. Foi o único órgão na história republicana a ser dotado de “estrutura administrativa especial”, de estatuto jurídico *sui generis* (de caráter nacional, quando a dimensão nacional era pouco falada), vinculado diretamente à Presidência da República (depois, em meados da década de 1960, não mais o seria, tornando-se instituição do planejamento). A incongruência de sua definição jurídica explica que já o tenham chamado de “órgão para-estatal autônomo”, outra expressão que pouco esclarece. Do mesmo modo,

¹¹ Algo que está por ser feito é a montagem das séries estatísticas referidas ao século XIX, um trabalho que exige extrema atenção às categorias estatísticas, em geral pouco claras à época, quando não omissas mesmo, atenção que supõe olhares educados, como os dos historiadores. Mais que o manuseio operacional dos documentos, elaborando tabelas, é preciso compreender-lhes as significações, de modo a se perceber o quanto as tabelas podem ser serializadas, ou não. Enfim, um produto essencial, sem dúvida, de grande valor e atração aos estudiosos (Economistas, Sociólogos e, naturalmente, Historiadores). Essas séries, é óbvio podem trazer um novo olhar à história brasileira.

foi talvez a única entidade oficial a ter uma assembléia ao lado de um conselho deliberativo, sendo todas as resoluções discutidas, votadas e publicadas, o que constitui um corpo documental sem paralelos para a ação de historiadores.

Também a geociências merece atenção especial. O nível de conhecimento em que nos encontramos quanto à geografia, infelizmente, não é o mesmo da área de estatística, o que, no fundo, acaba por ser um alento, pois o manancial de temas e objetos está todo em aberto. Seguramente, uma história da geografia (ou geociências) no IBGE, e fora dele, como a que vimos fazendo para a estatística, muito teria a iluminar.

De pronto, podemos apontar três grandes temas de pesquisa. Primeiro, uma história das campanhas geográficas dos viajantes estrangeiros (acompanhados por brasileiros), de seus relatos “geográficos” e “etnográficos”, e de sua relação com a construção de um olhar científico sobre o espaço brasileiro. Qual foi a representação sobre o nosso “tipo nacional” ou sobre o espaço brasileiro que emergiu a partir destas investidas de estrangeiros? Não seria o olhar geográfico brasileiro, em suas origens, de alguma forma tributário, continuador e veiculador da representação estrangeira de nossa nacionalidade e de nosso espaço (negando-se, é claro, qualquer “reflexo cultural” e considerando-se as apropriações)? O que se propõe é, justamente, é que se pesquise a construção histórica desse olhar. Segundo, algo sobre o papel do IBGE na formação dos geógrafos e do campo geográfico brasileiro; sobre este tema, vale dizer que o IBGE recebeu diversas comitivas de geógrafos franceses, muitos dos quais ficaram muito tempo em seus quadros¹². Parênteses: o Conselho Nacional de Geografia, integrante do IBGE, foi por muito tempo o grande incentivador dos encontros e congressos internacionais da área no Brasil, entretanto, nunca organizou uma escola própria (ao contrário da estatística, por meio da ENCE); esta e outras situações peculiares precisam ser estudadas, explicando talvez a lenta perda de primazia para a academia na renovação do debate intelectual das geociências. Terceiro, valeria investigar o papel estratégico do IBGE, e especialmente o da área de geografia, no planejamento da colonização e do povoamento do Centro-Oeste, inclusive na delimitação da nova capital. Sobre este tópico, recorde-se rapidamente o papel do IBGE na inauguração da nova capital de Goiás, quando desempenhou o papel de coordenador de todos os eventos que aí tiveram lugar por conta do ritual de inauguração. Mais do que o título de “patrono do batismo cultural de Goiânia”, ao IBGE coube a primazia sobre todo o discurso intelectual organizado em torno de Goiânia e a consolidação da extensão física do poder central por meio do saber enraizado no espaço.

IX

Ainda no programa de trabalho da frente interna à equipe, deparamo-nos com a história da memória institucional, tomando-se a própria memória como objeto de estudo.

Foram muito variados os significados das mobilizações dos fundadores ao longo do tempo. Também o foi a necessidade de inventar novas tradições por parte de gestões que precisaram (ou apenas quiseram) enfatizar a ruptura com o passado e superar mitos fundadores a ele ligados para implementar projetos renovadores para a casa.

¹² As viagens dos geógrafos, ao longo do século XX, chamadas mesmo de novo bandeirantismo, bem podem ser associadas às sagas dos viajantes do século XIX. Noutra ponta, a feitura dos mapas nacionais, e dos atlas, têm elas próprias uma história, com múltiplas possibilidades, inclusive (a menos evidente) tendo por centro a questão das técnicas e das tecnologias.

Da mesma maneira, muitas vezes reivindicou-se a filiação a uma tradição solidamente instituída para legitimar projetos, sustentar novas parcerias e empreendimentos do órgão. O seminário sobre os 100 anos de Teixeira de Freitas, o grande idealizador e fundador do IBGE, ou as comemorações dos 50 e dos 60 anos foram algumas das ocasiões que dão ensejo a uma pesquisa de vulto sobre a mobilização do universo simbólico da entidade, sobre a história da memória.

O alinhamento aqui é com a nova e crescente tradição historiográfica da história oral. Não se trata de entender a história oral como simples técnica de constituição de acervos orais e de organização de festas comemorativas, como se tem praticado na instituição desde a implantação da área de memória em 1990, mas de se fundamentar no quadro teórico-metodológico da história oral, da qual os conceitos de “silêncios da memória” e de “memória partida” são bons exemplos. Vale dizer que um investimento na história da memória ajudaria a revitalizar a área da memória, funcionando em parceria direta com ela, realizando uma demanda contínua do seu arquivo e orientando a construção dos acervos orais, de acordo com os problemas postos pela pesquisa.

X

Numa **segunda frente de ações**, temas “extra-equipe” variariam conforme o programa de trabalho institucional, por exemplo em ano de revisão desta ou daquela temática técnica, digamos a agropecuária, ou as pesquisas industriais, poder-se-ia agregar-lhes relatos históricos, revelando trajetórias, e mais, nessa linha, participar, com visão histórica, das polêmicas conceituais e processuais no entorno de certas categorias como “raça”, “religião”, e tantas outras, para o que muito valerão os trabalhos da primeira frente neste sentido (como vistas acima no item VII). A dinâmica e a demanda do trabalho institucional poderão, assim, ordenar as categorias estatísticas a serem estudadas; nesse vertente, para viabilizar os projetos seria preciso partilhar equipe.

É patente nos textos temáticos institucionais, mormente quando das revisões das pesquisas, a presença de sínteses históricas. Entretanto, são tão sintéticas essas sínteses que acabam perdendo significações. Não obstante, revelam a importância que se atribuem a essas incursões históricas, que mais rica ainda seriam se feitas ao longo dos processos de revisão e estudos, e não apenas como enfeite nos documentos institucionais. Enfim, essa frente de ações muito oferece em possibilidades, e pode ajudar muito à instituição.

XI

Numa **terceira frente de ações**, viriam temas em parcerias externas, seja com outros órgãos similares, seja com o mundo acadêmico, através de dissertações de mestrado, de teses de doutorado, e mesmo de linhas de pesquisa acadêmicas; enfim, um esforço de se despertar uma comunidade de pesquisadores, envolvendo-a. Os temas poderiam ser iniciativas trazidas (reveladas) na primeira frente do programa de trabalho e desenvolvidas por trabalhos acadêmicos e parcerias do IBGE com a universidade.

Um bom exemplo é o Fundo Teixeira de Freitas, citado no início; é claro que ao IBGE interessa conhecer as várias faces de seu criador, construir a história de suas

principais referências; Teixeira à frente, uma problematização que vai muito além do caráter memorialístico da atividade institucional existente. Neste sentido, a organização, a classificação e a análise do material de 13.600 documentos, uma vez digitalizado, muito estará revelando sobre a relação entre Estado e intelectuais na Era Vargas. Teixeira de Freitas acumulou e concatenou as atividades de estatística e de publicidade durante todo o ministério Capanema, integrou na linha de frente o movimento da “Escola Nova”, ao lado de seus grandes amigos Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, foi pioneiro do pensamento municipalista no Brasil e buscou dar força a ele através do IBGE. Por demais, uma biografia histórica, sem a “ilusão biográfica” denunciada por Bourdieu, muito mais do que um tributo ao gênio propriamente estatístico de Teixeira de Freitas, poderia recuperar historicamente o precursor e artífice de todos, repita-se, de todos os sistemas de informação do Brasil.

Teixeira de Freitas é apenas um dentre muitos ibgeanos notáveis que poderiam ser estudados em parceria entre o IBGE e a academia, ao retirarem-se as barreiras artificiais e esterilizantes que separam a sociedade como objeto de estudo de um lado e os liames institucionais de outro, que acabam sendo resgatados apenas pela estreita perspectiva da memória institucional, perdendo-se inteiramente de vista o viés propriamente analítico¹³.

Uma sugestão de pesquisa, ainda nesta terceira frente, é a construção da relação histórica entre o IBGE e o IPEA na formação da inteligência e na formulação das políticas públicas.¹⁴ E já se propôs a sua junção.

XII

Nada se esgotou, acima. Apenas sugestões foram oferecidas. Muito, muito mesmo, há de se pensar, propor e discutir para que se chegue a termo sobre as extensas possibilidades de uma linha de pesquisa histórica no IBGE, e nas demais instituições estatísticas, em trabalhos de parceria¹⁵. Parcerias internas, e também as externas.

Parcerias externas com a academia, trazendo-a para mais perto do IBGE, num profundo amálgama de funções, em livre troca ao invés de uma rígida fixação de competências, vale dizer, a academia fornecendo os conteúdos e os conceitos ao IBGE, e ele arcando com as eventuais polêmicas e insatisfações dos demandantes. Seria uma ação a mais para se passar da condição de centro de pesquisa a centro de ciência.

Em tempo, uma decorrência das pesquisas históricas seria um repensar da Memória Institucional do IBGE, revitalizando sua importância. O acervo ibgeano, riquíssimo, teria que ser organizado, classificado, digitalizado e tornado disponível, visível, em diferentes

¹³ Outros nomes: José Carlos de Macedo Soares, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Giorgio Mortara, José Carneiro Felipe, Luís Simões Lopes, Isaac Kerstenetzky, Speridião Faissol, e muitos outros.

¹⁴ No livro “IPEA 40 anos, uma trajetória voltada para o desenvolvimento”, com inúmeros depoimentos tomados pelo CPDOC (2005), há diversas referências ao IBGE.

¹⁵ A opção pelas frentes de pesquisa aqui apontadas e por sua filiação preponderante ao quadro teórico da História Política foi feita somente por motivos de limitação e de especialização funcional. Esta fundamentação inicial foi pensada e escrita a quatro mãos, enquanto que a oficina prevista o será por muitas mais. O que se quer é a variedade de temas e de enquadramentos, de modo que contribuições do campo da História Econômica e da História Cultural serão igualmente bem vindas quando bem sustentadas. Da mesma forma, afora os grandes campos historiográficos constituídos, também serão ouvidas as sugestões de sociólogos, antropólogos, demógrafos, geógrafos, economistas, cientistas da informação e outros mais convidados para o evento

mídias; isso será vital para as pesquisas históricas, bem assim, ajudando ao marketing institucional, com muitos mais leitores e consumidores ocupando o espaço do IBGE; a edição de tantas obras e séries históricas teria como contraparte a dinamização da demanda de pesquisa externa. Estariam, assim, dadas as condições institucionais para se divulgar e disponibilizar este riquíssimo acervo, cujas potencialidades são ainda um tanto desconhecidas do universo acadêmico em geral.

Tenha-se presente que o acervo ibgeano antecede ao próprio IBGE, já que ele é o herdeiro das antigas repartições nacionais de estatística, sejam as do Império, sejam as da República. Nessa linha, cabe-lhe a guarda de uma grande quantidade de relatórios, de estudos, de tabelas com números, de mapas e de atlas, que estão a exigir organizada recuperação e sistematização (inclusive reedições). Sem olvidar, claro, o acervo de livros raros, em vários idiomas, seja em Estatística, seja em Geografia (e ciências afins).

Tendo sido criado, ao IBGE (e o SEN – Sistema Estatístico Nacional), como órgão nacional e não federal, incumbiu elaborar sua própria legislação (em Assembléias Gerais, em Juntas Executivas, em Comissões temáticas, como as censitárias), em quase duas mil resoluções devidamente encadernadas. Dado o sistema parlamentar, como uma espécie de consórcio federativo, o IBGE desenvolveu uma copiosa troca de correspondência, toda ela igualmente encadernada. Essa documentação está a espera de olhares sociológicos, historiográficos, e tantos outros igualmente possíveis.

Há os próprios acervos oficiais, vale dizer, as séries de divulgação / disseminação, com seus planos tabulares, eles próprios a traírem olhares analíticos engajados (na verdade os portfólios de divulgação / disseminação, eles mesmos merecem olhares analíticos). E, como já foi dito, há as coleções de revistas científicas (sobre a estatística, sobre a geografia, e sobre os movimentos municipalistas); e há as vinculações às associações científicas, nacionais e internacionais (desde o século XIX), resvalando ao envolvimento nas grandes exposições nacionais e internacionais.

Enfim, há um mundo de fontes a serem organizadas e exploradas, e essa também seria uma tarefa a ser orientada por uma linha de pesquisa histórica; não é tarefa simples, mas é tarefa sabidamente transcendental. Ela, também pressupõe a presença (efetiva ou por parcerias) de acadêmicos envolvidos com os estudos históricos, sejam eles Historiadores, Sociólogos, Economistas, Demógrafos, Antropólogos, Geógrafos, Cartógrafos, Cientistas da Informação, e outros.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2006

70 anos do IBGE

Nelson Senra

Pesquisador no IBGE e Professor na ENCE / IBGE
Economista. Doutor em Ciência da Informação (UFRJ)
Coordenador do Projeto “História das Estatísticas Brasileiras”

Alexandre Camargo

Historiador. Mestrando em História (UFF)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES
SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS**

21 a 25 de agosto, no Rio de Janeiro

OFICINA

COMO CRIAR UMA LINHA DE PESQUISA HISTÓRICA NO IBGE?

22 de agosto, às 14h

DEBATES NA OFICINA

Relatório

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação do coordenador do Projeto História das Estatísticas Brasileiras e coordenador/expositor da oficina, Nelson Senra. Sua argumentação buscou sustentar a legitimidade do IBGE para institucionalizar uma linha de estudos históricos. Legitimidade que se coloca em dois lados. Em termos acadêmicos, através da configuração e impulso crescente da sociologia das estatísticas que, ao buscar situar as estatísticas como objeto, pretende analisar a constituição e a trajetória histórica da estatística como instrumento privilegiado de gestão pública, mapear as relações entre os estatísticos, o Estado Nacional e as ciências. No âmbito institucional, uma linha de estudos históricos pode ser perfeitamente justificada e instalada em um órgão como o IBGE que, mais do que depositário e guardião de acervo e documentação, é produtor de informações estatísticas e geográficas e produtor das informações que estão no entorno das realidades estatística e geográfica. Foi o que esclareceu a colocação de Nelson Senra, ao evidenciar a aptidão do IBGE para desenvolver estudos históricos sistemáticos.

Seguiu-se-lhe a exposição do relator da oficina, Alexandre Camargo, que retomou os laços tradicionais entre a história, a estatística e a geografia, em prol de sua atualização na construção de um novo e promissor caminho: a historicização da institucionalização dos saberes e práticas da estatística e da geografia, e de suas aplicações práticas por parte do poder público. Tendo este caminho como elemento norteador, o relator/expositor sintetizou as frentes e direções de pesquisa apontadas no documento-base que serviu de fundamentação preliminar à linha de história, distribuído aos convidados da oficina. Ao lado da apresentação das frentes, propostas e consagradas no referido documento, a relatoria abordou as reflexões escritas, encaminhadas anteriormente por alguns dos convidados, a saber: Lucia Paschoal Guimarães (História/Uerj), Guilherme Pereira das Neves (História/UFF), Lucia Bastos (História/Uerj), Hebe Mattos (História/UFF), Eustáquio Reis (IPEA), e Roberto Schmidt (Geografia/Uerj, pesquisador aposentado/IBGE)¹.

¹ À exceção de Hebe Mattos que nos brindou com textos de sua autoria e que comunicou seus compromissos que a impediriam de comparecer à oficina, todos os demais nos honraram com sua presença e foram interlocutores muito valiosos. Que fiquem registrados aqui nosso reconhecimento e a expectativa de novos encontros e de

Fez-se, então, a abertura dos debates. Para os fins de relatoria aqui presentes, amalgamamos as reflexões convergentes, nos furtando à observação da ordem de precedência, porém sempre nomeando as participações, dispostos entre debatedores e platéia. As intervenções foram distribuídas em três seções: questões teórico-metodológicas, questões práticas e sugestões de pesquisa.

Questões teórico-metodológicas

A preocupação aqui foi a de criar um fio condutor para a extensa gama de direções de pesquisa até então sugeridas. Construir uma área de concentração mais ampla, capaz de sustentar um foco convergente de ações e esforços na linha de história para prevenir contra eventuais dispersões. Ao mesmo tempo, fornecer um território fértil para formalizar futuras parcerias com o universo acadêmico. Esta foi a tônica das contribuições dos debatedores Guilherme Pereira das Neves e de Lucia Paschoal Guimarães, de que passamos a tratar.

No tocante ao **campo de pesquisa**, Pereira das Neves vê na relação entre a “razão estatística” e o “ingresso na modernidade” o eixo que poderia unificar o conjunto de ramificações das frentes de pesquisa apontadas. Por quais caminhos o Brasil teria ingressado na modernidade? Propõe situar a estatística na inserção do mundo moderno e aparentar a razão estatística à razão da modernidade. Nestes termos, a pesquisa histórica deveria estudar o esforço de intelectuais e homens de governo específicos que buscaram ampliar o papel da estatística na sociedade, fazer dela uma razão de Estado.

Para ajudar a fundamentar a razão estatística na entrada da modernidade, na relação mais ampla entre Estado e indivíduo, Pereira das Neves citou François Furet e Jacques Ozouf. Para tais autores, a escrita, que fundamenta a razão da modernidade ao estabelecer a relação direta entre Estado e indivíduo, libera este último da tirania ou da proteção do grupo, e o define por suas coordenadas sociais, nascido a tal data, de tais pais, em tal lugar, exercendo tal profissão, etc. “O acúmulo destes traços biográficos pelo escrito viabiliza a agregação estatística, que é uma maneira de pensar o coletivo através do individual, e a partir do individual. A estatística é uma resposta dos Estados modernos em termos operatórios, ambição de saber inseparável de uma vontade de manipulação dos homens”. Ela constitui “esses indivíduos em unidades comparáveis e intercambiáveis, justificada desde então pelo cálculo das probabilidades (que nasce na mesma época), quer dizer definidos pelo que têm de idêntico em matéria de comportamento e de papel. O resultado é um social mecanicamente constituído, submetido às próprias leis da mecânica constituinte: não mais uma consciência de grupo, mas um modo de conhecimento-dominação”².

Em consonância com a linha de argumentação destes autores, e com a agregação universalizante e a vocação manipuladora do saber estatístico, capaz de engajar grupos cada vez maiores de indivíduos e cada vez com mais eficiência nos grandes projetos políticos e sociais da modernidade, temos a associação que precisa ser estudada e explorada entre a estatística e o esperanto. Teixeira de Freitas, maior pioneiro do IBGE, e Bulhões Carvalho, maior prócer da DGE, desde 1906, não por acaso os maiores nomes da estatística brasileira, foram dois dos grandes disseminadores do esperanto no Brasil, muito contribuindo para sua consolidação, ao proferirem vários de seus discursos e publicar muitos de seus trabalhos na

futuras parcerias. Luiz Antônio Teixeira, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz, juntou-se ao nosso grupo de debatedores, tecendo excelentes propostas sobre a visibilidade do acervo do IBGE.

² FURET, François; OZOUF, Jacques. “Trois siècles de métissage culturel”. In: *Lire et écrire: l’alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Minuit, 1977, p. 360.

referida língua. Teixeira de Freitas, além de editar obras em esperanto pelo IBGE, entendia que o número é uma forma universal de comunicar realidades e que as realidades numéricas deveriam ser comunicadas através de uma linguagem universal. A estatística e a língua esperantista seriam os dois grandes denominadores universais da humanidade. Caberia a elas dar corpo aos projetos políticos e sociais da modernidade. Esta associação revela-se especialmente interessante, pois se conjuga com a trajetória mais ampla da estatística no Brasil, com sua concepção e desenvolvimento, sempre como função administrativa e como programa de Estado.

Como bem lembrou Pereira das Neves, a trajetória histórica da estatística, assim como o ingresso do Brasil na modernidade ocidental, se fez “por caminhos bastante complicados”. Opinião partilhada por Lucia Paschoal Guimarães, quando enfatizou que, no Brasil, diferentemente do caso europeu, na origem mesma dos saberes da estatística e da geografia estaria a formação do Estado brasileiro, através da necessidade de centralização administrativa do Império. Estes saberes deveriam fornecer o conhecimento e a mobilização dos recursos, da população e da produção, mais bem auferidos pelos números da estatística. Já a cartografia histórica identificaria os limites da soberania e da ação do Estado.

Isto posto, Lucia Guimarães sustentou que a história institucional da estatística e da geografia deveria ter como núcleo convergente a formação e a atuação do Estado, recuperando-se sempre na trajetória institucional destas áreas (concepção e desenvolvimento) as suas interfaces com as demandas e os programas de Estado.

Dessa forma, para Pereira das Neves e Paschoal Guimarães o estudo de uma razão estatística forneceria um horizonte para trabalhos desenvolvidos em parceria com a academia, já que ela muito contribui para a mudança de perspectiva em relação ao indivíduo, à comunidade e à cultura, verificada no mundo ocidental desde meados do século XVIII. Segundo os debatedores, os caminhos bastante específicos deste ingresso do Brasil na modernidade estão a exigir reflexões redobradas e renovadas, que poderiam levar a aproximações promissoras entre o IBGE e a universidade.

Ainda no sentido de circunscrever as ramificações de pesquisa esboçadas, Pereira das Neves deu valiosa contribuição, ao sugerir a fixação das propostas de trabalho levantadas no **quadro teórico** da História dos Conceitos. Neste aporte, os conceitos são tomados não apenas como categorias mas como formas de apreensão da realidade, contribuindo para a transformação da própria realidade, na medida em que ela é conceituada. Ao mesmo tempo, a mudança operada na realidade nos obriga a forjar novos conceitos para dar conta dela. Neste sentido, a História dos Conceitos poderia se constituir em uma vertente que perpassasse as frentes de pesquisa ancoradas nos saberes e práticas da estatística e da geografia - em especial, da cartografia, nas objetivações objetivadas do real e na reconstrução das individualidades como individualizações. As categorias de classificação, em particular, sintetizam bem o quanto o construto estatístico pode subsumir a realidade em si. Ao moldar as percepções das realidades e participar da elaboração do social, as categorias de classificação determinam posições sociais e tomadas de decisões, atuam na distribuição dos indivíduos em agrupamentos humanos. Tendo alterado o tecido das relações sociais, a estatística deve, em contrapartida, reconceitualizar suas categorias, renovando este processo.

Questões práticas

Em mais um sentido, Pereira das Neves interveio, desta vez ao alertar para a necessidade de medidas de caráter prático e que estimulassem as parcerias pretendidas pelo

IBGE. Seja na direção de dar visibilidade e reconhecimento ao seu acervo, orientando digitalizações e fornecendo critérios para reedições de obras, seja na direção de incentivar que temas e referências da estatística e da geografia se tornem objetos de dissertações e teses de pós-graduação. Mais uma vez, foi acompanhado por Lucia Paschoal Guimarães, quanto à necessidade de o IBGE criar mecanismos e convênios para provocar o acesso dos departamentos de História e do público em geral, provocar a percepção da relevância do acervo do IBGE, como arquivo privilegiado e de ponta no Rio de Janeiro.

Algumas medidas foram enumeradas por Pereira das Neves. Para estimular pesquisas que se reportem ao universo do IBGE, sugeriu a concessão de bolsas e de prêmios³ em concursos para os melhores trabalhos monográficos/dissertações/teses, que estivessem de acordo com os objetivos da linha de História. Para disseminar as preocupações, os fundamentos e os objetivos do movimento em favor da linha de História, sugeriu a criação de uma publicação de História, ou a veiculação pelas Revistas Brasileiras de Estatística e Geografia⁴. Frisou, ainda, o sucesso que poderia lograr o IBGE, ao institucionalizar estágios de pós-doutorado⁵, orientados pela equipe de historiadores, durante períodos determinados e em parceria com as universidades.

Luiz Antônio Teixeira, completou o quadro de reflexões de caráter prático. Deu-nos um alento especial, ao propor um sistema de integração de informações entre os acervos da FIOCRUZ e os do IBGE, com o fim de ampliar a visibilidade de ambos. Através da aproximação das referências dos acervos em questão, os usuários poderiam ser mais facilmente encaminhados para um ou para outro acervo⁶. Também disponibilizou a “Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos” como possível canal de intercâmbio de produção e conhecimento, um espaço de publicação para pesquisadores que trabalham com dados sobre saúde.

Sugestões de pesquisa

Aqui incluímos as reflexões mais livres dos debatedores convidados e do público em geral. Começamos pelas reflexões dos debatedores.

Eustáquio Reis enfatizou o papel de recuperação e de digitalização das séries históricas e econômicas, adotando uma perspectiva mais marcadamente contemporânea. Em reforço das suas contribuições incorporadas ao documento-base, destacou a possibilidade de comparar os movimentos da população, o produto interno bruto, o estoque de capital das diferentes regiões do Brasil, a partir da criação de uma base histórica de dados municipais e do estabelecimento de áreas mínimas comparáveis para períodos variados no tempo (recuando-se, pelo menos, a 1872).

³ Ao longo do tempo, houve os prêmios Teixeira de Freitas e Bulhões Carvalho, cada qual com sua própria missão, contudo, caíram no desuso. Uma recuperação de suas intenções e das razões de seus fracassos está por ser feita. Isso nos ajudaria a bem praticar a proposta que nos parece, em tese, ótima (Nota de Nelson Senra).

⁴ No passado essas revistas dariam espaço a esse tipo de tema. Nos últimos dez ou quinze anos, contudo, tornaram-se restritivas, tornando-se mais específicas. Assim, elas perderam seu sentido de origem, e, a nosso juízo, deviam voltar a ser revistas ibgeanas (talvez mesmo fundidas numa única). Nesse caso, sob essa mudança, abririam espaço para abordagens históricas. Como seja, com ou sem mudanças, suas trajetórias precisam ser historicizadas: mudanças editoriais, seus públicos leitores, seus autores, etc. (Nota de Nelson Senra)

⁵ Salvo equívoco nosso na apreensão dessa proposta, nos parece um exagero, e nem em sonho pensamos nessa possibilidade (Nota de Nelson Senra).

⁶ A propósito, Marco Santos, integrante do projeto História das Estatísticas Brasileiras, lembrou que muito se valeu de pesquisas nos acervos da FIOCRUZ quando escrevia sobre os demógrafos sanitários (para o volume II desta coleção) (Nota de Nelson Senra).

Nesta mesma direção de formação e alimentação de um banco de dados, sugeriu um programa de cartografia histórica, baseado na legitimidade do IBGE na matéria, para o período dominado por estradas e caminhos pré-ferroviários.

Aponta, ainda, para o resgate de estatísticas históricas de recenseamentos provinciais. Nestas três frentes de disponibilização de um banco de informações comparáveis, poder-se-ia satisfazer possíveis necessidades presentes e futuras da comunidade de historiadores.

Por fim, como tema de pesquisa, Eustáquio Reis sugere a investigação do pioneirismo de São Paulo na elaboração de estatísticas, que já na década de 1830 fazia censos sistematicamente com dados econômicos, inexistentes nos outros estados.

Já Roberto Schmidt ressaltou a enorme importância do mapeamento do papel da estrutura de funcionamento e da concepção do IBGE na montagem da centralização política do Estado na Era Vargas, na acomodação das tensões históricas entre as esferas de governo. Sendo o IBGE a única agência capilarizada de informação que, ao abarcar a todos os municípios, poderia recolher rapidamente informações sobre todas as localidades municipais e disponibilizá-las diretamente ao governo central, destacou a investigação do papel do IBGE na evolução do planejamento e de sua participação na construção da dimensão verdadeiramente nacional do Estado, antes inexistente.

Nesta direção de investigação, ressaltou a importância do estudo das áreas de cartografia e geodésia, cujo acervo teria a vantagem de já se encontrar bastante sistematizado para a atividade de historiadores. Assim, o estudo dos trabalhos geodésicos, como base para a cartografia mais apurada, já disporia de material rico e organizado.

Sobre a relação entre o IBGE e a universidade, sugeriu a investigação do livre-trânsito, das negociações e concessões entre ambos, sempre tendo em vista o grande poder logístico do IBGE e sua autoridade em qualquer ponto do país. Neste sentido, deveria se dar atenção às figuras articuladoras entre estes espaços, pesquisadores no IBGE e professores na universidade, caso de Francis Ruellan e de Leo Waibel, entre outros. Deste pacto de alianças entre os recursos e o acesso ao poder do IBGE e o saber acadêmico garantiu, entre outros proventos, a realização do Congresso Internacional da UGI, marco da geografia mundial, no Rio de Janeiro, em 1956⁷.

Também o público, mostrando-se entusiasmado com o encaminhamento das discussões, gratificou-nos com importantes colocações. Maria Ângela Gemaque, do IBGE/Pará, engrandeceu o debate, ao acusar a investigação da formação e das modificações das redes de coleta do IBGE, levando-se em consideração a distância entre a sede e as unidades estaduais e recuperando-se a memória relacionada à diferenciação das redes de coleta, em suas diversas realidades estaduais. Neste processo histórico de identificação e ajuste das redes de coleta às realidades locais, a participante julgou interessante analisar as variações estaduais e regionais na relação com o poder municipal e na delegação do olhar - fundamento básico das operações das instituições de estatística.

Raul Tabajara, do IBGE/Amapá, alertou com lucidez para o imperativo de preservação, recuperação, organização, catalogação do acervo das unidades estaduais e das agências municipais, no bojo das discussões sobre a nova dinâmica disseminadora das agências. A partir desta linha de raciocínio, Nelson Senra destacou a pesquisa da função e influência das Juntas executivas regionais, na estrutura parlamentar do IBGE. Ou seja, como

⁷ A propósito, valerá lembrar parte das memórias de Jurandyr Pires Ferreira, então presidente do IBGE (com cópia no acervo da nossa Memória Institucional), em que reproduz seu discurso nesse evento. A gestão Pires Ferreira, aliás, foi bastante voltada à geografia, tendo como marco a elaboração da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (hoje, inteiramente digitalizada). (Nota de Nelson Senra).

os estados e os órgãos estaduais de estatística articulavam seus parceiros para estabelecer o seu discurso nas Assembléias Gerais no Rio de Janeiro, influenciando a campanha e o programa estatísticos. Nesta vertente, convém estudar o corpo documental composto por mais de 2.000 resoluções da Junta Executiva Central e da Assembléia Geral, cabendo a elas a elaboração da legislação concernente ao IBGE.

Licia Rubinstein, designer do IBGE, propôs o estudo da propaganda gráfica nos censos e do acervo iconográfico do IBGE como uma trajetória específica da história do design. A própria gráfica mereceria uma história tendo ela num dado momento suprido a Imprensa Nacional. A participante também deu um testemunho pessoal, ao se reportar à surpresa causada aos acadêmicos de sua área, quando estes, por ocasião de sua dissertação de mestrado, puderam conhecer um pouco da riqueza do acervo iconográfico do IBGE, por eles absolutamente ignorado.

Na mesma direção apontou a intervenção de Luciene Carris Cardoso, doutoranda em História na Uerj, em seu depoimento pessoal, na qualidade de usuária do acervo do IBGE, pesquisado durante o seu doutoramento. Impressionada com a riqueza das obras raras do IBGE, ela se reportou à surpresa manifestada por professores e pesquisadores universitários, diante de sua intenção de pesquisar no arquivo do IBGE (o objeto em questão era a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o material da pesquisa eram os Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia - estão quase todos sob a guarda do IBGE).

Para corroborar as duas intervenções anteriores, discursou o relator/expositor da oficina, Alexandre Camargo. Seu relato concentrou-se em sua dupla experiência. Como usuário do acervo, pesquisou por um longo tempo na biblioteca do IBGE (cerca de dois anos), onde em suas salas vazias pode constatar a baixa procura ao arquivo do órgão. Além disso, teve dificuldade de acesso a vários documentos, estando alguns já extraviados (embora ainda em catálogo) e outros sem qualquer catalogação. Narrou que contou com o fator sorte, totalmente casual, e com a lucidez da prestimosa bibliotecária Regina Fucci para ter acesso aos trabalhos de Nelson Senra, em perfeita consonância com seu tema de pesquisa pessoal: a formação do campo científico da estatística no Brasil. Da reunião com Nelson Senra teriam surgido férteis intercâmbios que, no limite, levaram à integração do relator ao Projeto História das Estatísticas Brasileiras. E um mundo de relações e suposições teriam se descortinado para ele, diante do contato com o olhar mais marcadamente institucional. Em reforço, Alexandre Camargo salientou a importância de fazer da relação entre usuários e pesquisadores do IBGE afinados com estudos históricos algo mais do que simples casualidade. Para ele, uma equipe permanente de historiadores estaria capacitada a orientar o acesso à documentação e a minimizar o desajuste entre a alteridade do olhar acadêmico e uma perspectiva institucional comprometida com reflexões conceituais e problemas de pesquisa, levando a ganhos mútuos.

Este foi o resultado da oficina, em seu conjunto de reflexões. No entanto, vale dizer que muitos outros participaram indiretamente⁸ e que aguardamos também suas reflexões e sugestões nos desdobramentos desta oficina⁹, em que tornaremos a convocar os que se

⁸ Simon Schwartzman, Edson Nunes, Jose Murilo de Carvalho e Roberto Martins responderam com muita atenção às nossas consultas, em notas eletrônicas. Dispuseram-se a oferecer seus testemunhos. Expressaram solidariedade os seguintes pesquisadores: Martha Abreu (História/UFF), Carlos Gabriel Guimarães (História/UFF), Icleia Thiesen (História/Uni-Rio), Keila Grinberg (História/Uni-Rio), Tamás Szmrecsányi (Economista/UNICAMP), Kaori Kodama (História/Casa de Rui Barbosa), Ivana Lima (História/PUC e Casa de Rui Barbosa), Gilberto Hochman (História/Casa de Oswaldo Cruz), Alfredo Tolmasquim (diretor-geral/Museu de Astronomia), Maria Mônica O'Neill (Diretoria de Geociências/IBGE), José Ribeiro (SEI-BA/IBGE) e Ilara Hammerti Moraes (Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ). Gostaríamos imensamente de contar com muitos destes nomes nas fileiras de nosso próximo encontro.

⁹ Teceram reflexões e valiosos comentários, em correspondências eletrônicas, os seguintes nomes: André Vilela (economista/FGV e UCAM), Gylcilene Ribeiro Storino (Diretoria Executiva/IBGE), Maria Angélica

fizeram nela presentes, assim como as ausências sentidas. Num futuro encontro, poderemos avaliar o alcance de nossa evolução e o saneamento de nossas deficiências, através do quadro de propostas já apresentado. Lançar novos desafios para a linha de história e tatear soluções plausíveis. A se manter o ritmo dos trabalhos e a receptividade da comunidade acadêmica e ibgeana às nossas consultas, com certeza teremos êxito! E a linha de História do IBGE será uma consistente realidade!

Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2006.

Alexandre de Paiva Rio Camargo

Historiador. Mestrando em História (UFF).
Integrante do Projeto “História das Estatísticas Brasileiras”.
Relator/Expositor da Oficina “As pesquisas históricas no IBGE”.

Vasconcelos Araújo (coordenadoria de censos/IBGE), Luiz Antonio Pinto de Oliveira e Celso Simões (Diretoria de Pesquisas/IBGE), Maria Cristina Guimarães (Agência Nacional de Petróleo) e Tarcísio Rodrigues Botelho (História/PUC-MG). Gylcilene Storino nos fez indicações de procedimentos administrativos no foro interno, necessários à formalização do projeto. Os demais também fizeram arranjos pontuais bastante pertinentes, que serão incorporados na atualização futura do documento que dá forma à linha. Não obstante, a contribuição de Tarcísio Botelho, por sua expressividade, merece ser citada em seus pontos capitais: “Gostaria de contribuir para a discussão com três pontos específicos para uma agenda futura de pesquisas na área. 1) Acho que a "pedra de Rosetta" dos estudos históricos de demografia e economia do Brasil são os formulários originais dos censos antigos. Até o momento, pelo que sei, não se conhece o destino final desse material (...). O que gostaria de propor seria um esforço institucional do IBGE para localizar esses materiais (além daqueles dos censos de 1890, 1900 e 1920) ou, alternativamente, confirmar a sua destruição. Após essa localização, seria relativamente fácil mobilizar segmentos do meio acadêmico para auxiliar na digitação desse material, por amostra ou mesmo em seu universo. 2) É possível levantar um conjunto muito expressivo de fontes sobre a população e a economia brasileira no passado a partir de fontes documentais que estão dispersas pelo território nacional mas que são continuamente coletadas por historiadores isolados quanto fazem suas teses e dissertações. Estou pensando, sobretudo, nos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, nos inventários e em documentos fiscais e eleitorais. Entretanto, esses levantamentos permanecem inéditos e dispersos, redundando em avanços limitados para a historiografia econômica e demográfica do Brasil porque não se compartilham os dados primários. Minha proposta seria que o IBGE encampasse ou auxiliasse na implantação de uma ou mais propostas de recolhimento, sistematização e divulgação desses acervos em formato digital, nos moldes que o Consórcio de Informações Sociais (CIS), ligado à ANPOCS, vem fazendo no âmbito das ciências sociais (...). 3) Acho que um ponto importante que vem sendo negligenciado nos estudos históricos brasileiros é a questão da padronização da coleta e da apresentação dos dados. Esse ponto encontra-se bastante avançado quando se usa estatísticas contemporâneas, mas encontra muitas resistências de historiadores, que teimam em construir suas próprias classificações das categorias e suas próprias especificações de bancos de dados. Acho que um ponto importante, inclusive para viabilizar (ou em concomitância com) o ponto 2, seria estimular a discussão em torno dessa padronização e da adoção de protocolos comuns na produção de metadados de caráter histórico.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES
SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS**

21 a 25 de agosto, no Rio de Janeiro

OFICINA

COMO CRIAR UMA LINHA DE PESQUISA HISTÓRICA NO IBGE?

22 de agosto, às 14h

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR

O projeto de uma linha de pesquisa em história, que vimos articulando, é, sem sombra de dúvida, uma novidade para o IBGE. Em que pesem diversos estudos pontuais, nada se fez de sistemático nesta área. É isto que se quer mudar. Mas, é importante que se diga como chegamos a um momento como este, que reúne esforços e reflexões múltiplas, sobretudo de estatísticos, geógrafos e historiadores.

Academicamente falando, chegamos aqui pelo impulso crescente da sociologia das estatísticas, mencionada pelo professor Nelson. Este campo busca aprimorar a atividade estatística e seus produtos, ao tomar as estatísticas como uma modalidade de saber e uma prática de poder. Ao buscar analisar a trajetória das estatísticas, esta sociologia aparece ela mesma como produto maduro de um processo histórico. Vivemos num Estado que, mais e mais, governa com números, e numa sociedade que, mais e mais, se organiza por números.

Este é o espírito que ora leva a estatística a refletir sobre si, a situar-se como objeto. Este é o espírito que volta a congrega estatísticos e historiadores, há muito unidos pelos métodos de quantificação da história econômica, que torna a congrega geógrafos e historiadores, tradicionalmente ligados pela história nacional, diplomática e militar. Sim, uma reaproximação, uma atualização, mas sob outras bases. A tarefa de hoje e de amanhã será a de pensar o processo de institucionalização dos saberes estatístico e geográfico no país, e suas aplicações práticas por parte do poder público. Quer isto dizer que a interpretação da trajetória do IBGE precisa estar comprometida com os percursos dos saberes de que é herdeira. Somente assim poderemos analisar o papel que o órgão tem desempenhado nos últimos setenta anos como agente político, na formulação de projetos nacionais. Engajado na nova História das Instituições, este é o referencial básico que deve orientar uma linha de história nas instituições estatísticas e geocientíficas.

Diante disto e dos limites de exposição desta relatoria, a seguir faremos um resumo do formato e das principais frentes de pesquisa apontadas no documento base, já incluindo aí as contribuições até agora encaminhadas. Documento que buscamos disponibilizar a todos os interessados.

Uma linha de pesquisa histórica, a nosso juízo, responderia por um programa de trabalho formado em três frentes: interna à equipe, externa à equipe mas interna ao IBGE, e externa ao IBGE. Claro, a depender dos recursos disponíveis, materiais, técnicos, e, em especial, humano, em equipe formada por historiadores, economistas, sociólogos, demógrafos, arquivistas, cientistas da informação, e vários outros.

A primeira frente de ações traduziria a autonomia da equipe e sua liberdade na eleição de temas e objetos de pesquisa. Nesta frente está reunido um número maior de propostas.

Em primeiro lugar, uma linha de estudo sobre a participação da estatística na racionalização do nosso Estado (por exemplo, na destinação e planejamento dos desembolsos públicos), suplantando o particularismo e a influência de segmentos mais tradicionais do campo econômico e religioso. Nesta linha, destacamos o estudo da propaganda estatístico-censitária e da mobilização dos símbolos por ela evocados, situado no campo do imaginário político e das representações sociais. A propaganda jogou um papel decisivo tanto na desconstrução das representações tradicionais de poder, quanto na transformação das representações sociais. Na mesma direção aponta a pesquisa da história dos registros públicos criados pelo Estado (a começar do registro civil, e chegando-se a vários outros). Traço bastante peculiar da história do país, a supervisão sobre o registro civil e dos órgãos por ele responsáveis, os cartórios, e os livros de registro, foi associada à atividade estatística, sob o comando da Diretoria Geral de Estatística, desde o início da República até a criação do IBGE. Por aí, já se pode ter uma idéia do papel da estatística na definição da personalidade jurídica dos indivíduos, base para o reconhecimento dos direitos, e na construção dos registros públicos dos quais ela deveria se servir, nunca criar.

Em segundo lugar, deve configurar uma área de pesquisa o estudo das revistas e das sociedades científicas vinculadas à Estatística e à Geografia, reunindo a maior parte dos principais nomes da estatística e da geografia no Brasil e no mundo. São documentos riquíssimos para o estudo da formação e consolidação do campo científico de ambas as áreas no país. Ao longo de seus 66 anos de existência, divulgaram contribuições de grandes intérpretes brasileiros, como Gilberto Freyre, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho, Roquete Pinto, Alceu Amoroso Lima, entre outros. Em suas páginas deu-se muito do debate sobre a educação do país nos tempos de Capanema, com contribuições do próprio Amoroso Lima e vários artigos de Anísio Teixeira e de Lourenço Filho. Estas revistas devem ser estudadas em perspectiva comparada, confrontadas a outros periódicos expressivos, o que ajudaria a mapear a produção de consensos e dissensos nas elites e nos campos científicos do país.

Um terceiro e ainda mais substancial horizonte seria descortinado pela pesquisa histórica da construção e da evolução das categorias estatísticas. Através da análise das

minutas, relatórios e pareceres de comentaristas e equipes de recenseamento seria possível delimitar a extensão e o significado das categorias. Sempre polêmicas, estas classificações primam pela descontinuidade existente entre os censos num mesmo âmbito de investigação. E são muitas essas categorias estatísticas.

Peguemos o exemplo da categoria “cor”. A categoria racial, como muitas outras, é uma construção histórica. Não há nenhuma continuidade de significados entre a classificação racial praticada na virada do século XX, informada pelo argumento do racismo científico, e a de cem anos depois, no bojo das discussões e políticas multiculturalistas (por exemplo, gerando as chamadas políticas positivas).

Também “religião” foi quesito que, por diversas vezes, deixou de ser pesquisado. Por que certas categorias, mormente as de estatística social como “cor” e “religião”, não foram investigadas em determinados momentos históricos? Quando e como a pressão política, seja com o aval ou a resistência da competência técnica, influenciou na delimitação e no modo de execução das categorias? Devemos ter em mente que a eliminação de certas opções de classificação e a preferência por outras na elaboração dos formulários censitários podem afetar a escolha dos recenseados que se classificam nestas categorias, obtendo-se, com efeito, resultados harmonizados com a imagem de país que se quer produzir. Da mesma forma, o ajustamento dos diversos grupos distribuídos nas categorias de classificação social, mormente raça e religião, não é imune às variações históricas de significado assumidas pela questão racial ou religiosa, no entendimento da sociedade englobante. As categorias não são fixas, sendo sempre acionadas em determinados contextos e relações sociais. Podem ter um potencial autoritário, mas também inverter ou subverter esta mesma autoridade, dependendo de quem, de onde e de quando fala, dos contextos históricos e sociais em que é evocada. Por isso, as categorias de classificação sempre marcam posições sociais, contribuindo tanto para o reforço de práticas repressivas, como (porém, não só) na Primeira República, quanto para configurar direitos de minorias étnicas ou religiosas organizadas, como na atual conjuntura.

É mais do que isso. A oscilação na investigação das diversas categorias estatísticas e a pluralidade dos significados implicados nos contextos históricos de sua produção são um grande desafio à análise social. Somente a pesquisa histórica pode identificar e delimitar a continuidade existente na investigação oscilante das categorias, estipulando unidades mínimas de comparação, assim como alertar para as falsas ou aparentes continuidades, que escamoteiam a diversidade de metodologias e de objetivos (técnicos e políticos), orientadores das categorias.

Uma quarta possível convergência de esforços contemplaria as geociências. Esta convergência se desdobraria em alguns temas de pesquisa, enriquecidos com as valiosas contribuições de Lucia Paschoal Guimarães, Lucia Bastos, Guilherme Pereira das Neves e Roberto Schmidt.

- 1) Uma história das campanhas geográficas dos viajantes estrangeiros e dos brasileiros comissionados pelo governo imperial, de seus relatos “geográficos” e “etnográficos”, e de sua relação com a construção de um olhar científico sobre o espaço brasileiro. Para pesquisar a construção histórica desse olhar, sugere-se confrontar as investidas dos pioneiros da geografia no século XIX, nacionais e estrangeiros, com os trabalhos de campo e as viagens de reconhecimento amparados em metodologia científica, já em nome do IBGE, de geógrafos como

Francis Ruellan e Leo Waibel, nos anos 40.

- 2) A pesquisa sobre a evolução das representações cartográficas e de sua tecnologia, situada entre a História Política e a História das Técnicas, desde os pioneiros do IHGB aos geógrafos modernos do IBGE.
- 3) A pesquisa sobre as relações interinstitucionais tecidas entre o IBGE, o IHGB, a SGRJ e o IPAGH. Sabe-se que, ao contrário da área de estatística do IBGE, que de início centralizou e que hoje busca coordenar as entidades produtoras de estatísticas públicas, a área de geografia nasceu e se alimentou da convivência entre diferentes espaços institucionais igualmente produtores de saber geográfico. Empreendimentos comuns, direcionamento políticos convergentes, quadros institucionais intercambiáveis, intermediários e redes de influência foram construídos e levados a cabo desde o momento de concepção da geografia do IBGE, quando José Carlos de Macedo Soares presidiu a todos estes espaços geográficos e alimentou estratégias simbióticas entre eles. Neste sentido, seria interessante investigar o papel central do IBGE na formação do que tem se convencionalizado chamar de “cultura geográfica brasileira”, entendida como um conjunto de representações da disciplina, compreendendo conhecimentos, normas e valores, partilhados por cientistas, intelectuais e políticos. O tema é de fundamental interesse, inclusive para as instituições congêneres, pois o IBGE foi e é um espaço nodal na integração destas instituições. Esta pesquisa também se harmonizaria com a necessidade de historicizar os saberes e práticas da geografia do IBGE, um dos objetivos norteadores da linha.
- 4) A pesquisa sobre o papel do IBGE na formação dos geógrafos e do campo geográfico brasileiro; sobre este tema, vale dizer que o IBGE recebeu diversas comitivas de geógrafos franceses, muitos dos quais ficaram muito tempo em seus quadros. Parênteses: o Conselho Nacional de Geografia, integrante do IBGE, foi por muito tempo o grande incentivador dos encontros e congressos internacionais da área no Brasil, entretanto, nunca organizou uma escola própria (ao contrário da estatística, por meio da ENCE); esta e outras situações peculiares precisam ser estudadas, explicando talvez a lenta perda de primazia para a academia na renovação do debate intelectual das geociências.
- 5) A investigação do papel estratégico do IBGE, e especialmente o da área de geografia, no planejamento da colonização e do povoamento do Centro-Oeste, inclusive na delimitação da nova capital. Sob o mesmo título, sugere-se a investigação da participação da vertente geográfica do IBGE no planejamento econômico brasileiro e a própria contribuição do Instituto no desenvolvimento da idéia de planejamento, como sugere Roberto Schmidt.

Uma quinta frente de atuação viria da história da memória institucional, tomando-se a própria memória como objeto de estudo.

Foram muito variados os significados das mobilizações dos fundadores ao longo do tempo. Também o foi a necessidade de inventar novas tradições por parte de gestões que precisaram (ou apenas quiseram) enfatizar a ruptura com o passado e superar mitos fundadores a ele ligados para implementar projetos renovadores para a casa. Da mesma

maneira, muitas vezes reivindicou-se a filiação a uma tradição solidamente instituída para legitimar projetos, sustentar novas parcerias e empreendimentos do órgão. O alinhamento aqui é com o novo e crescente campo da História Oral, entendida como quadro teórico-metodológico e não mera técnica de constituição de acervos orais, o que já de longe vem se praticando no IBGE.

Vale dizer que um investimento na história da memória ajudaria a revitalizar a área da memória, funcionando em parceria direta com ela, realizando uma demanda contínua do seu arquivo e orientando a construção dos acervos orais, de acordo com os problemas postos pela pesquisa. Por demais, levaria mesmo a um repensar da memória institucional, revitalizando sua importância.

Filiada à História Econômica, teríamos uma sexta grade de pesquisa. O estudo de séries estatísticas pode revelar muito sobre as variações e disparidades no desenvolvimento das economias regionais do país, confirmando ou desmentindo a historiografia tradicional. Entendemos que deve caber ao IBGE engajar-se nos estudos do movimento de expansão econômica, em diferentes temporalidades. Não apenas por sua qualidade de guarda de documentação estatística, mas, principalmente, porque a construção de unidades mínimas de comparação das séries estatísticas em períodos recuados, base dos trabalhos da história econômica, é de competência e autoridade do IBGE. E para esta tarefa hercúlea, de médio a longo prazo, deve-se contar, uma vez mais, com uma linha de pesquisa histórica capaz de definir prioridades, colocar problemas que orientem uma seriação verdadeiramente comparável e selecionar a natureza das estatísticas e dos períodos que devem ser privilegiados para uma a construção das unidades mínimas de comparação. E se quer que tudo seja feito em consonância com os debates e as novas perspectivas de investigação da universidade, em diálogo aberto com a renovação dos objetos, abordagens e problemas que constantemente redefinem os usos das fontes, das estatísticas em nosso caso.

Neste particular, um tema da maior envergadura e de competência exclusiva do IBGE foi muito bem sinalizado por Eustáquio Reis. Trata-se da organização da base de dados municipais, através da construção das áreas mínimas comparáveis (AMC), o que permitiria a utilização dos modelos de dados de painel nas análises histórico-comparativas. As mudanças ocorridas nas áreas e limites dos municípios impedem comparações geograficamente consistentes da evolução temporal dos dados demográficos, econômicos e sociais. Para possibilitar comparações consistentes no tempo é necessário agregar os municípios em áreas mínimas comparáveis, ou seja, no menor número de municípios necessário para que a área geográfica conjunta permaneça constante ao longo do período de análise. A idéia norteadora aqui é retroceder as AMC para períodos históricos tão longos quanto possível e relevante (ou seja, que as áreas não sejam demasiadamente abrangentes e o número demasiadamente pequeno). A disponibilidade desses painéis forma mais sistemática e rigorosamente as interações entre condicionantes geográficos, demográficos, institucionais e tecnológicos do desenvolvimento histórico das diversas regiões ao longo do século XX.

As prestimosas contribuições de Eustáquio Reis revelam uma lacuna no atual momento da construção de uma linha de história, que deve merecer especial atenção de vocês. Devemos subsidiar estudos e investidas numa desejável frente de pesquisa em história econômica, por ser este o território clássico que desde muito tem vinculado a história e os historiadores à estatística.

Numa segunda frente de ações, temas “extra-equipe” variariam conforme o programa de trabalho institucional. Em ano de revisão desta ou daquela temática técnica, digamos a agropecuária, ou as pesquisas industriais, poderiam ser agregados relatos históricos, revelando trajetórias, e participar, com visão histórica, das polêmicas conceituais e processuais no entorno de certas categorias como “raça”, “religião”, e tantas outras, para o que muito valerão os trabalhos da primeira frente neste sentido. Mediante o conhecimento dos relatórios e pareceres das comissões e dos técnicos das pesquisas de mesma natureza já realizadas pelo IBGE, pode-se evitar a repetição de erros, desnudar antigas dificuldades e obstáculos à execução da pesquisa.

Dessa forma, tanto o aspecto teórico quanto o processual seriam fortalecidos, facilitando em larga medida a precisão e o planejamento das operações. A dinâmica e a demanda do trabalho institucional poderão, assim, ordenar as categorias estatísticas a serem estudadas; nesse vertente, para viabilizar os projetos seria preciso partilhar equipe.

É patente nos textos temáticos institucionais, mormente quando das revisões das pesquisas, a presença de sínteses históricas. Entretanto, são tão sintéticas essas sínteses que acabam perdendo significações. Não obstante, revelam a importância que se atribuem a essas incursões históricas, que mais ricas ainda seriam se feitas ao longo dos processos de revisão e estudos, e não apenas como enfeite nos documentos institucionais.

Numa terceira frente de ações, viriam temas em parcerias externas, seja com outros órgãos similares, seja com o mundo acadêmico, através do estímulo a dissertações de mestrado, de teses de doutorado, e mesmo de linhas de pesquisa acadêmicas; um esforço de se despertar uma comunidade de pesquisadores, envolvendo-a. Os temas poderiam ser iniciativas alavancadas na primeira frente do programa de trabalho e desenvolvidas por trabalhos acadêmicos e parcerias do IBGE com a universidade.

Um bom exemplo viria da prosopografia dos intelectuais mais notáveis do IBGE. Teixeira de Freitas, criador do órgão, um dos grandes artífices da Educação na Era Vargas, integrante do movimento da “Escola Nova”, ao lado de Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, foi presidente da Associação Brasileira de Educação. Foi pioneiro do pensamento municipalista, ao qual buscou dar força política através do IBGE, e precursor de todos os sistemas de informação do Brasil. Também foi dos quadros do IBGE a maioria dos maiores geógrafos brasileiros do século XX. Eles muito merecem estudos prosopográficos e biografias coletivas.

Tais ibgeanos notáveis poderiam ser estudados em parceria entre o IBGE e a academia, ao retirarem-se as barreiras artificiais e esterilizantes que separam a sociedade como objeto de estudo de um lado e os liames institucionais de outro, que acabam sendo resgatados apenas pela estreita perspectiva da memória institucional, perdendo-se inteiramente de vista o viés propriamente analítico.

Em tempo, o acervo ibgeano, riquíssimo, teria que ser organizado, classificado, digitalizado e tornado disponível, visível, em diferentes mídias; isso será vital para as pesquisas históricas, bem assim, ajudando ao marketing institucional, com muitos mais leitores e consumidores ocupando o espaço do IBGE; a edição de tantas obras e séries históricas teria como contraparte a dinamização da demanda de pesquisa externa.

Uma linha de pesquisas históricas não pode escapar do compromisso com o acervo do IBGE. Um dar-se a ver do acervo, cuja riqueza é desconhecida dos próprios ibgeanos, seria vital para que a academia, mais do que conhecê-lo, possa reconhecê-lo, como instituição guardiã de uma documentação privilegiada. Censos, coleções de municípios e muitas outras publicações devem ser pesquisadas no IBGE, seu *habitat* natural, e não na Biblioteca Nacional ou seus congêneres. Não se trata aqui de especular sobre as razões destas informações tão desencontradas dos usuários sobre a documentação, mas de reverter este estado de coisas por uma política de disseminação, que seria bastante favorecida por uma linha de história.

Invocando os laços tradicionais que nos unem no estudo das realidades constituídas e constituintes, na reflexão conjunta sobre o tempo e o espaço, gostaria de convidar a todos a expor suas reflexões e dar início aos debates.

Obrigado.

ALEXANDRE DE PAIVA RIO CAMARGO

Historiador e mestrando em História (UFF)

Participante do projeto “História das Estatísticas Brasileiras”

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE
INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS**

21 a 25 de agosto, no Rio de Janeiro

OFICINA:

COMO CRIAR UMA LINHA DE PESQUISA HISTÓRICA NO IBGE?

22 de agosto, às 14h

FUNDAMENTOS MAIS CONTRIBUIÇÕES

Relatório preliminar

Este documento se pretende uma fundamentação preliminar acerca da institucionalização de uma linha permanente de pesquisa em história no IBGE. Preliminar porque visa a apresentar algumas reflexões e os termos do debate organizado pelo próprio IBGE, em oficina do II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, a ser realizado entre 21 e 25 de agosto de 2006. Sendo assim, este texto apresenta ao menos dois interlocutores bem definidos: o público interno, diante da necessidade de harmonizar a linha de história com os trabalhos e os projetos institucionais, e o público externo, constituído basicamente pela comunidade acadêmica de historiadores; pesquisadores universitários e centros que tenham a pesquisa histórica no bojo de suas atividades, logrando sucesso em sua implementação. Dois olhares e duas demandas diferentes que explicam a diversidade na eleição dos objetivos e no desenvolvimento dos argumentos apresentados nesta fundamentação. Por conta disso, alguns aprofundamentos foram dispensados, esperando-se que sejam perdoados, tendo em vista o imperativo de objetividade e de consistência dos propósitos aqui presentes. Uma discussão mais apurada e rica, seja no sentido teórico-metodológico, seja no sentido operacional, deverá ter lugar no IBGE, quando da realização da oficina, para o que contamos com a presença e colaboração dos convidados, na forma de reflexões e de testemunhos, tão importantes nesta hora de união de esforços para a criação da linha de pesquisa histórica no IBGE.

I

No IBGE, ao longo do tempo, tem havido pesquisas históricas; e não poucas. Em geral são

de iniciativa particular, não sendo institucionais¹. Às vezes até ganham o apoio da direção, mas o mais comum é que sejam feitas em horas de folga, ou de lazer². Não raro são feitas por curiosos, até bem formados, com alguma substância intelectual. Mas quase nunca o são com métodos, de modo contínuo e sistemático.

Houve momentos, como os das comemorações dos 50 e dos 60 anos de criação, nas gestões dos Prof. Edmar Bacha e Simon Schwartzman, respectivamente, em que se empenhou por pesquisa histórica; mas foram pesquisas espasmódicas³. Ao tempo do cinquentenário constituiu-se um chamado Projeto Memória, tempos depois (em 1991) integrado à estrutura como unidade permanente. Mesmo assim, sem avanços contínuos.

Realizações grandiosas ocorreram, e merecem destaques a elaboração das obras **500 anos de povoamento**⁴, em 2000, **Estatísticas do Século XX**⁵, em 2003, e poucas outras, sempre contando com pesquisadores contratados. Houve antes, uma ou outra reedição de obras históricas, de um ou outro catálogo; sem olvidar o valor histórico das publicações rotineiras, com realce aos **Anuários Estatísticos**⁶ e ao **Brasil em números**.

II

Agora mesmo vem-se dando curso à redação de uma **História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002**, em quatro volumes (três deles já prontos).

O 1º volume, **Estatísticas desejadas: 1822-c.1889**, o 2º volume, **Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936**, e o 3º volume, **Estatísticas organizadas: c.1936-c.1972** sairão todos este ano⁷; o 4º volume, em fase de pesquisa e elaboração, **Estatísticas formalizadas: c.1972-2002**, sairá em meados de 2007.

Sem dúvida alguma, uma obra grandiosa, monumental, diferente de tudo que se fez antes, mas, pese tudo isso, ainda que tendo sido aceita e aprovada pela direção superior, tem o mesmo caráter anterior de eventualidade. Dessa forma, tudo que trouxe à superfície, a sugerir detalhamentos e aprofundamentos, pode cair no vazio.

¹ Um exemplo deste tipo de obra é a monografia de Aloysio Villela de Azevedo, “Os recenseamentos no Brasil”, de 1990.

² Um exemplo é o estudo de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves, “IBGE: um retrato histórico”. Outro exemplo, o estudo de Eli Alves Penha, “A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo” (derivado de sua dissertação de mestrado). E vários outros.

³ Ao tempo do cinquentenário houve a reedição de obras raras. Ainda que esta prática exista, de tempos em tempos, sendo alguns volumes fac-similares, carece-se de um programa sistemático. E há um sem número de obras no acervo ibgeano que poderiam ser reeditadas com proveito para os estudos.

⁴ Ronaldo Vainfas foi o organizador desta obra. Elaboraram capítulos, além do próprio Vainfas, Jacqueline Hermann, Renato Pinto Venâncio, João José Reis, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Keila Grinberg, Valdir Gregory, Angela de Castro Gomes, Maria Lúcia Mott e Kaori Kodama.

⁵ Wanderley Guilherme dos Santos e Marcelo de Paiva Abreu foram os organizadores desta obra. Elaboraram capítulos, além dos próprios organizadores, Nelson do Valle Silva, Maria Lígia de O. Barbosa, Leilah Landim, Carlos Hasenbalg, Nísia Trindade Lima, Maria Tereza Sadek, Gilberto Hochman, Francisco Viacava, Adalberto Moreira Cardoso, Fabiano Santos, Segio Miceli, Antonio Cláudio Zochaczewski, Regis Bonelli, Jorge Chami, Gustavo Gonzaga, Danielle Carusi Machado, Eustáquio Reis, Fernando Blanco, Lucilene Morandi, Mérida Medina.

⁶ O Anuário Estatístico do Brasil foi objeto de estudo histórico (sem maiores profundidades). Aí está uma fonte de estudos valiosos, fazendo um retrato das realidades estatísticas do país.

⁷ O primeiro volume terá prefácio de Ronaldo Vainfas, o segundo volume terá prefácio de Ciro Flamarion Cardoso (ambos já feitos). O terceiro volume terá prefácio de Simon Schwartzman.

Sim, sem uma linha de pesquisa histórica institucionalizada, com pesquisadores, e recursos materiais e financeiros vinculados, o sério esforço desse momento tende a se esvaír, o que seria lamentável. Isto posto, mudar esse estado de coisas exige que se empenhe esforços e energias nessa proposta de discussão.

Como acentuam Guilherme Pereira das Neves, Lucia Bastos e Lucia Paschoal Guimarães⁸, “a idéia de cooperação entre historiadores, geógrafos e estatísticos não constitui propriamente uma surpresa. Entre a história e a geografia há laços tradicionais. Basta lembrar que as análises de história diplomática e de história militar quase sempre se apóiam em conhecimentos básicos de geografia. O mesmo ocorre em relação aos estudos de história nacional: por meio da observação dos acidentes geográficos é que se define a representação espacial da soberania do Estado. Quanto à estatística, há muito que o historiador da economia, assim como aquele que se dedica ao estudo das populações, dentre outros temas correlatos, não prescinde dos métodos de quantificação no tratamento dispensado às suas fontes” (Breves reflexões sobre a proposta de criação de uma linha de pesquisa de estudos históricos no IBGE).

III

Essa proposta caminha, o que nos alenta. A atual gestão, por várias vezes, revelou-se sensível à recuperação da história do IBGE, bem como, da atividade estatística no Brasil. Sensibilidade traduzida na promoção de sessões de saudades ou de júbilos, com palestras e testemunhos, com vídeos (antes e depois), e com edições fac-similar.

Assim, no espírito dos festejos dos 70 anos do IBGE, 1936-2006, em fevereiro rendeu-se homenagem a Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do IBGE, aos 50 anos de sua morte, em sessão de saudades⁹; em março foi a vez de Fábio de Macedo Soares Guimarães, um dos pilares da geografia brasileira, aos 100 anos de seu nascimento, em sessão de júbilo. Em agosto, houve homenagem a Isaac Kerstenetzky, o homem que refundou o IBGE em 1973, aos 80 anos do seu nascimento, em sessão de júbilo. E outros que poderão ainda ser lembrados.

Os seminários têm sido feitos cada vez mais numa perspectiva de consciência histórica, de resgate das referências do passado institucional, com vistas ao futuro. Ainda nessa linha, no seminário em homenagem a Teixeira de Freitas foi anunciada a iniciativa de se digitalizar o Fundo Teixeira de Freitas, material que hoje se encontra no Arquivo Nacional. A digitalização desse imenso acervo de 13.600 documentos que supõe prévia organização, classificação e análise sistemática, exige uma equipe de historiadores, de arquivistas, de documentalistas que já está sendo providenciada¹⁰.

⁸ Respectivamente, professor adjunto de História da Universidade Federal Fluminense, professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora titular de Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁹ Quando do centenário do seu nascimento (1990) houve um evento em três dias, com grande afluência de estudiosos acadêmicos, e com edição de volume fac-similar.

¹⁰ Teixeira de Freitas foi um homem múltiplo: estatístico (sendo advogado), estudioso da educação (a quem Lourenço Filho sugeria como um dos cardeais da educação), matemático (tendo proposto uma resolução ao Teorema de Fermat), estudioso da doutrina cristã (sendo autor de um livro inédito). Um dos maiores artífices nas discussões em torno da Educação nos anos 1930 e 1940, foi um homem que pensou o Brasil, com visão muito especial. Em sua ação como homem público e pela natureza das instituições a que se ligou (como a

IV

O empenho exigido nessa pesquisa pioneira de elaborar uma **História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002**, ao se tomar as estatísticas e as instituições estatísticas como objeto de estudo, dessa forma, configurando uma Sociologia das Estatísticas, tem aproximado seus responsáveis das reflexões historiográficas mais apuradas.

No amplo recorte temporal do estudo (1822-2002), os quatro volumes cobrem o lento e espinhoso processo da institucionalização da atividade estatística no Brasil. Falamos aqui do IBGE, é claro, do alto dos seus 70 anos, mas também dos órgãos oficiais de estatística dos ministérios, nas autarquias, e lugares afins, ontem e hoje, e, sobretudo, indo ao passado pioneiro, da Diretoria Geral de Estatística, seja a havida no Império, seja aquela restaurada na República. Estudou-se as primeiras entidades oficiais a darem corpo à atividade estatística, e, mais, viu-se a nova – e ainda fragmentada – percepção da estatística como instrumento privilegiado de gestão pública.

A centralidade da estatística para a gestão pública pode ser vista em seu papel de aprimorar a administração do Estado e a ordem legal constituída, através da revelação da população, em si, e em sociedade, num território, que se tornam objetos manipulados por um Estado que se pretende planejado (e planejador). Nenhum outro saber (informação e conhecimento), que não o revelado pelas estatísticas, poderia estabelecer padrões de comparabilidade entre realidades distantes, ausentes e tão variadas em suas formas e natureza. Diluindo as especificidades das individualidades, as estatísticas as reconstróem como individualizações (individualidades individualizadas). Dessa forma, as estatísticas estabelecem elementos de comparação, fornecendo as condições de intervenção para o Estado, um Estado que não apenas precisa de números para se ver, como já vem de longe, mas que, mais e mais, governa com números.

V

Então, valerá perguntar: será que nosso Estado, no Império e na República, sobretudo a primeira, governou de fato com números? Certamente que não. A dominação “racional-legal” descrita por Max Weber nunca foi forte entre nós. A racionalização dos métodos de dominação e os princípios de legitimação invocados pelo Estado moderno, a razão, a ciência e o direito, tardaram a vingar na estrutura política brasileira, dada a predominância de formas arcaizantes de dominação – tradicionais e carismáticas –, para permanecermos na tipologia weberiana. Porém, vingaram. Um dos temas pilares de amplo interesse para estatísticos, historiadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas é o da ação dos

Associação Brasileira de Educação – foi seu presidente – e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres), elaborou um minucioso projeto de nação, com diretrizes ruralistas e municipalistas. Como idealizador e fundador do IBGE soube dar forma institucional a este projeto, através do assim chamado “ideário cívico do IBGE”, cujas feições mais acabadas encontram-se sistematizadas no estudo “Problemas de Base do Brasil”. Trata-se de um documento oficial do IBGE que esquadrinha o pensamento social do Instituto para o país (reconhecido por Getúlio Vargas), sempre consubstanciado nas atividades do órgão e articulado com as bandeiras encampadas por seu idealizador Teixeira de Freitas. Por isso, “Problemas de Base do Brasil” foi talvez o primeiro plano de Brasil elaborado por uma agência de governo, projeto pioneiro na história do planejamento brasileiro.

estatísticos – no âmbito técnico-científico como no da inserção política na estrutura dirigente – para expropriar ou diminuir o impacto da capacidade decisória do clericalismo e dos grupos oligárquicos e seus representantes políticos, mediante o recurso à razão instrumental da estatística, fundadora do planejamento estratégico do moderno Estado brasileiro. Uma primeira linha de estudo sobre a participação da estatística na racionalização do nosso Estado (por exemplo, na destinação e planejamento dos desembolsos públicos), suplantando o particularismo e a influência de segmentos mais tradicionais do campo econômico, ainda está por ser feita.

Em consonância com a pesquisa sobre o papel desempenhado pela estatística na racionalização do Estado brasileiro e na legitimação de sua dominação, temos outras frentes a ela aparentadas: 1) a investigação sobre a relação histórica entre os programas estatísticos e os picos de demanda por estatísticas no desenvolvimento econômico do Estado brasileiro; 2) a pesquisa histórica sobre a relação entre produtores e usuários de estatística, inserida no campo da história da tecnologia e disseminação da informação; 3) corolário desta frente é o estudo da propaganda censitária (e estatística em geral) e da mobilização dos símbolos por ela evocados, situado no fértil campo do imaginário político e das representações sociais¹¹; 4) a pesquisa da história dos registros públicos criados pelo Estado (a começar do registro civil, e chegando-se a vários outros).

Pode parecer um tanto estranho esse último ponto. Porém, o estranhamento cedo desaparece quando se sabe que a supervisão sobre o registro civil e dos órgãos por ele responsáveis, os cartórios, e os livros de registro, foi associada à atividade estatística, sob o comando da Diretoria Geral de Estatística, desde o início da República até a criação do IBGE. Ao que tudo indica, a fixação desta atribuição na atividade estatística é um traço peculiar da história do país, posto que se trata de matéria de natureza jurídica, sendo por regra geral da alçada do Ministério da Justiça – em associação ao Judiciário –, o único, de fato, capaz de fazer cumprir o registro civil. Em suma, essa especificidade por si merece uma história, que ganha contornos ainda mais profundos quando se percebe o papel da estatística na definição da personalidade jurídica dos indivíduos, base para o reconhecimento dos direitos, e na construção dos registros públicos dos quais ela deveria se servir, nunca criar.

VI

Algumas das frentes anunciadas e outras propostas esboçadas mais adiante se filiam à

¹¹ A propaganda censitária foi um recurso absolutamente indispensável à realização dos censos, jogando um papel decisivo tanto na desconstrução das representações tradicionais de poder, quanto na transformação das representações sociais. Por isto mesmo, esta propaganda muito merece uma história, que se estenderia desde os débeis recursos de divulgação da antiga Diretoria Geral de Estatística do Império e da República, passando pela “revolução” que foi a propaganda do censo de 1920, quando logrou-se associar o recenseamento ao centenário da independência e se fez uso da tecnologia mais moderna de então, sem olvidar o IBGE que, desde pouco depois de sua criação em 1936, possui o maior parque gráfico da América do Sul. Outra proposta na mesma frente seria a pesquisa sobre as apropriações e inversões dos símbolos oficialmente evocados pela propaganda estatística, segundo o contexto significativo em questão, muitas vezes em função da resistência popular à ação do Estado na esfera privada. Um excelente exemplo é o do censo geral de 1852, interrompido e abortado por conta de revoltas populares, ocorridas sobretudo no nordeste. Os movimentos teriam iniciado, entre outras razões, por boatos que corriam que identificavam a pesquisa sobre a cor da população à tentativa de reescravização dos libertos, e talvez de sua descendência. Tratamos mais adiante deste fatídico episódio e desta sugestão de frente de pesquisa.

História do Poder, às suas várias molduras teóricas. Vejamos muito resumidamente alguns dos enfoques e problemas suscitados pela História do Poder, aqueles que se ligam diretamente ao nosso interesse imediato: **criar uma linha de pesquisa histórica no IBGE**. Enfatizar determinados enfoques e problemas significa buscar compor um quadro teórico, frágil dado o caráter inicial das reflexões, porém consciente, ao buscar situar as propostas aqui apresentadas no universo historiográfico atual.

Em linhas muito gerais, a perspectiva de História do Poder respondeu por boa parte da renovação operada no campo de estudos da História Política. A “Nova História Política”, ao adotar uma perspectiva relacional para o estudo do poder, rompeu com a percepção tradicional que localizava o poder no âmbito do Estado e na sua relação com a sociedade. Com as contribuições da antropologia política (como a noção de “ritual”, ou com a idéia de criação e atualização de práticas sociais através de discursos performáticos, entre outras), de Michel Foucault (suas preocupações com as “práticas discursivas”, os efeitos dos discursos, os “micropoderes” e o “poder circulante”) de Pierre Bourdieu (o conceito de campo e o de capital simbólico), entre muitas outras, a nova historiografia do poder foi muito influenciada, traduzindo as noções de “relações de poder”, de “processos de objetivação” ou de “individualização” e abordagens mais estruturalistas para a sua perspectiva, comprometida com a noção de sujeito histórico atuante, dos indivíduos como agentes políticos.

Como dizem Neves, Bastos e Guimarães, “aprofundada, revigorada e ampliada em suas problemáticas, a história política multiplica os campos de investigação, por meio da articulação entre *a* política no sentido clássico do termo (o poder e a vida política) e *o* político, no sentido globalizante de diversos aspectos da cultura política e dos determinantes políticos que pesam sobre os indivíduos e sobre os grupos” (Breves reflexões ...).

Neste sentido, uma das abordagens da Nova História Política encara os agentes históricos a partir das posições que ocupam na estrutura do poder. Posições que objetivam suas estratégias e tomadas de decisão individuais. Assim, a História Política amplia seu eixo de investigação da política oficial de Estado ou das disputas de classes até a micropolítica das relações cotidianas, operando com noções como “posições objetivas”, “estratégias individuais”, “imaginário político”, e tantas mais, variando a ênfase de acordo com a vertente.

Uma destas vertentes, aliás, é a da História das Instituições, abrangendo a expressão desde agências de governo até empresas privadas, passando, é claro, por instituições de ciência e de pesquisa, produtoras de conhecimento em geral. As problemáticas são, por exemplo, a análise dos quadros institucionais do poder, o mapeamento das filiações políticas de seus dirigentes e consorciados, a construção de suas redes de sociabilidade, o trânsito de posições, a mobilização de símbolos, a interlocução com classes sociais específicas, o esforço de nacionalização dos projetos institucionais. Neste sentido, as instituições, as associações de ciência e de intelectuais constituem uma *estrutura elementar de sociabilidade*, na expressão de Jean François Sirinelli. São lugares de fermentação da intelectualidade, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Através da análise das instituições, podemos verificar o seu funcionamento, a adesão e a exclusão de membros e projetos, baseando-nos nas redes de sociabilidade institucional e interinstitucional. Ao mesmo tempo, ao abordarmos as instituições a partir de fatores

políticos, sociais e culturais podemos devolver a análise institucional a uma perspectiva mais totalizante e responsável do conhecimento histórico.

Reproduzimos a seguir algumas considerações tecidas por Neves, Bastos e Guimarães, que contribuem para fundamentar a filiação de algumas das frentes de pesquisa apontadas ao território da História das Instituições:

“Terreno clássico da história política, o estudo das instituições conheceu um grande impulso nos últimos anos e em diversas frentes. De um lado, a prosopografia (estudo das biografias coletivas) se consolidou como campo de investigação e corrigiu alguns defeitos que se haviam consolidado, com a adoção de enfoques mais dinâmicos e com o olhar voltado para casos individuais, mas que ajudam a compreensão do todo da história administrativa, trazendo à tona determinados mecanismos que permitem uma melhor compreensão das instituições da época (por ex., o livro de Peter Burke, *Veneza e Amsterdã, um estudo das elites do século XVII*, 1990). Esse trabalho ressalta ainda a importância da análise das relações sociais estabelecidas entre as elites, sob a forma de alianças através de linhagens ou de pactos territoriais. Tal abordagem pode desdobrar-se também numa perspectiva da história institucional vista como redes de poder e de processos sociais, aproximando-se tanto da história política quanto da história social.

De outro lado, há uma perspectiva mais institucionalista, em que se analisa basicamente a natureza jurídica e o funcionamento das instituições, numa visão de uma biografia da história institucional, privilegiando seus poderes, seu ponto de vista legal e suas competências.

A história das instituições também se enriquece, por meio da aproximação do cultural com o político. Ela deve ser inserida numa dimensão diacrônica: a que essas instituições se sucedem? Qual foi sua longevidade? Quais são os elementos que se encontram subjacentes às suas engrenagens? Tais dimensões devem estar relacionadas a uma abordagem da cultura política, articulada ao que poderíamos denominar de cultura geográfica, no caso específico da geografia do IBGE.

Quanto às instituições, deve-se lembrar a necessidade do estudo de seu funcionamento e não apenas a descrição das suas engrenagens. É preciso preencher esse corpo institucional por meio do exame das tradições, das práticas políticas, e das questões sociais e culturais.

A história das instituições, portanto, desponta não só como um estudo que desmonta o aparelho estatal através das práticas e direitos oficiais e formais, mas também que insiste nos equilíbrios práticos, quotidianos do sistema de poder. Coisas simples, como a distribuição da população, a disponibilidade dos recursos financeiros, a distribuição regional e setorial dos equipamentos político-administrativos, os direitos e deveres mútuos dos particulares e do governo, a vida política local, os mecanismos burocráticos, especialmente aqueles não-jurídicos formais, isto é, os mecanismos simbólicos com os quais o Estado controla os súditos e/ou cidadãos. Insiste-se ainda num peso do fator pessoal, tanto dentro como fora das instituições. Patronagem, clientelas, intermediários, clãs, grupos de elite, redes de influência e todo um mundo de mediações e de interesses pessoais entre governantes e governados, entre capital e territórios, atraem também a atenção, complementando ou modificando o peso atribuído anteriormente aos grandes organismos oficiais” (Breves reflexões ...).

Esta pequena digressão sobre os novos rumos da História Política e das reflexões sobre o poder não tardará a se justificar, ao passarmos para os demais pontos desta fundamentação, que estarão referenciados aos enfoques e problemas acima levantados. Não obstante, é importante salientar, desde já, que as novas perspectivas da História Política sustentam a um dos principais caminhos a serem trilhados por uma linha de história no IBGE. O recuo no tempo, antes até da tradição fundadora da Diretoria Geral de Estatística, deve se justificar pelo objetivo maior de historicizar o processo de institucionalização dos saberes estatístico e geográfico no país, bem como as respectivas aplicações práticas, por parte do poder público. Neste processo, o IBGE se apresenta como continuidade administrativa e institucional destes saberes que lhe são anteriores. Assim procedendo, a filiação à História Política, na moldura teórica prevista, supera de muito o sentido clássico da História Institucional, em sua estreiteza auto-referencial. Nestes termos, uma vez comprometida com os percursos dos saberes de que é herdeira, a trajetória do IBGE pode ser analisada tendo por base o papel que o órgão tem desempenhado nos últimos setenta anos como agente político, na formulação de projetos nacionais.

VII

Outro ponto, já no âmbito interno das instituições estatísticas, seria descortinado pela pesquisa histórica da construção e da evolução das categorias estatísticas. Através da análise das minutas, relatórios e pareceres de comentaristas e equipes de recenseamento seria possível delimitar a extensão e o significado das categorias. Sempre polêmicas, estas classificações primam pela descontinuidade existente entre os censos num mesmo âmbito de investigação. E são muitas essas categorias estatísticas.

Peguemos o exemplo da categoria “cor” (“cor ou raça”, segundo o censo de 2000). Até mesmo a terminologia, para não falar da delimitação, foi profundamente alterada na história desta categoria. O quesito “raça”, pesquisado nos censos de 1872 e de 1890, não foi inquirido em 1900 e 1920, retornando em 1940, sob o rótulo “cor”, permanecendo até o censo de 2000 (exceção foi feita em 1970) que admitiu “raça” e “cor” como sinônimos, compondo uma única categoria (“cor ou raça”). As omissões exigem explicações que vão além das alegações oficiais dos órgãos responsáveis. Elas exigem a intervenção do historiador, “além do fato”. A categoria racial, como muitas outras, é uma construção histórica. Não há nenhuma continuidade de significados entre a classificação racial praticada na virada do século XX, informada pelo argumento do racismo científico, e a de cem anos depois, no bojo das discussões e políticas multiculturalistas (por exemplo, gerando as chamadas políticas positivas).

Categorias demográficas, em geral, são polêmicas e descontínuas, quanto ao âmbito de investigação adotado nas pesquisas estatísticas: “ocupação”, “renda”, “migração”, “fecundidade”, “instrução”, “trabalho”. “Família” e “Domicílio” também são duas categorias transformadas por renovações conceituais em sua definição. “Religião”, por diversas vezes, foi quesito que deixou de ser pesquisado. A estas juntam-se as categorias econômicas: “produção”, “subsistência”, “industrialização rural”, “remuneração de trabalho”, e tantas outras. Por demais, as opções deixadas para que os recenseados se incluíssem e se classificassem raras vezes foram as mesmas no tocante a estes quesitos, o que mostra que a pesquisa das categorias muitas vezes está condicionada à imagem do país que se quer produzir. Por que certas categorias, mormente as de estatística social como “cor” e “religião”, não foram investigadas em determinados momentos históricos? Quando

e como a pressão política, seja com o aval ou a resistência da competência técnica, influenciou na delimitação e no modo de execução das categorias? Devemos ter em mente que a eliminação de certas opções de classificação e a preferência por outras na elaboração dos formulários censitários podem afetar a escolha dos recenseados que se classificam nestas categorias, obtendo-se, com efeito, resultados harmonizados com a imagem de país que se quer produzir. Da mesma forma, o ajustamento dos diversos grupos distribuídos nas categorias de classificação social, mormente raça e religião, não é imune às variações históricas de significado assumidas pela questão racial ou religiosa, no entendimento da sociedade englobante. As categorias não são fixas, sendo sempre acionadas em determinados contextos e relações sociais. Podem ter um potencial autoritário, mas também inverter ou subverter esta mesma autoridade, dependendo de quem, de onde e de quando fala, dos contextos históricos e sociais em que é evocada. Por isso, as categorias de classificação sempre marcam posições sociais, contribuindo tanto para o reforço de práticas repressivas, como (porém, não só) na Primeira República, quanto para configurar direitos de minorias étnicas ou religiosas organizadas, como na atual conjuntura.

É mais do que isso. A oscilação na investigação das diversas categorias estatísticas e a pluralidade dos significados implicados nos contextos históricos de sua produção são um grande desafio à análise social. Somente a pesquisa histórica pode identificar e delimitar a continuidade existente na investigação oscilante das categorias, estipulando unidades mínimas de comparação, assim como alertar para as falsas ou aparentes continuidades, que escamoteiam a diversidade de metodologias e de objetivos (técnicos e políticos), orientadores das categorias. Tudo isso merece, e demanda mesmo, estudos e análises, com olhares multidisciplinares.

Aqui, abrimos um parêntese para a contribuição de Hebe Maria Mattos¹², que endossa integralmente as assertivas e direções apontadas nos parágrafos anteriores. Com sua autoridade de historiadora da escravidão e da racialização no Brasil encaminhou em texto os seguintes comentários sobre a fundamentação da pesquisa histórica das categorias de classificação estatísticas:

O texto apresentado por Nelson Senra e Alexandre Camargo abre um horizonte extremamente alvissareiro para a pesquisa histórica no Brasil ao propor engajar o IBGE e seu quadro técnico na criação de uma linha de pesquisa histórica voltada para a análise da fabulosa documentação produzida e/ou guardada pela Instituição. Especialmente, destaco a relevância de um estudo histórico sistemático dos processos de construção intelectual das categorias sócio-culturais utilizadas nos recenseamentos e suas variações no tempo. Os exemplos das categorias cor, raça e religião desenvolvidos no texto oferecido para discussão parecem-me verdadeiramente paradigmáticos da relevância de uma pesquisa histórica com este escopo específico. Isto implica, necessariamente, em conhecer a história intelectual de cada período, em uma prosopografia dos intelectuais e estatísticos envolvidos/ouvidos em cada discussão, em conhecer a pluralidade de opiniões do campo estatístico e sua permeabilidade às diferentes posições políticas referentes a tais temáticas em cada período estudado. Em suma, o que se queria conhecer na pesquisa estatística em cada diferente período da história brasileira e a que categorias se recorreu em cada caso para conseguir tais objetivos? Parece-me que esta é uma das principais questões que deve nortear a nova linha de pesquisa. A própria comparabilidade das séries históricas de informações estatísticas depende

¹² Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do acervo de História Oral do Laboratório de História Oral e Imagem, também da Universidade Federal Fluminense.

do conhecimento de tais mecanismos (“Comentários de Hebe Mattos para a oficina ‘Como criar uma linha de pesquisa histórica no IBGE’”).

Ao lado dos comentários, a pesquisadora disponibilizou dois artigos de sua produção acadêmica e autorizou sua livre apropriação, com vistas a subsidiar o modelo proposto para a pesquisa histórica sobre as categorias estatísticas, especialmente as de identificação racial :

O estudo histórico sobre as categorias de classificação racial no Brasil deveria atentar para a etnogênese e os significados destas categorias na tessitura das relações da sociedade colonial e da imperial.

No contexto de formação de uma sociedade escravista, os descendentes de africanos, que nela se proliferavam, demandavam um estatuto social que, ao mesmo tempo em que os diferenciava do estigma da escravidão quando removidos do cativeiro, preservava a memória da escravidão e todas as restrições civis implicadas. A estrutura dirigente precisava de um novo instrumento linguístico para classificar a nova realidade de livres de origem africana: esta seria a origem da categoria intermediária “pardo”. Note-se que na acepção original do termo não há qualquer qualificação da condição de mestiçagem, ao menos não há qualquer vínculo necessário¹³.

O que ocorre é a consagração normativa de um *continuum* entre escravo e cidadão, cuja origem remonta à concepção corporativista de sociedade, própria do Antigo Regime de tipo ibérico, que estabelecia uma miríade de subdivisões na representação tradicional sobre as três ordens medievais (clero, nobreza e “comuns”). A base desta miríade era o mecanismo de “pureza de sangue”, que determinava a personalidade social a partir da devoção cristã, e a “limpeza de sangue”, artifício institucional da coroa portuguesa e da sociedade colonial que permitia o trânsito entre a condição de infiel para a de cristão, através da conversão religiosa e de casamentos mistos que, ao fim de quatro gerações, habilitavam o indivíduo como súdito do Império Português.

Dessa forma, a instituição da escravidão foi integrada a esta concepção de sociedade, que previa possibilidades de trânsito (intergeracional) para judeus, mouros e pretos. Estes últimos eram, naturalmente, associados a africanos pagãos e, uma vez convertidos e libertados, poderiam purificar seu estatuto na sociedade colonial, pelo fluxo das gerações.

É esta descendência de africanos, em escala considerável empregada em cargos públicos e postos de confiança do governo colonial (reconhecimento social de sua capacitação pela purificação), que exigia a intervenção de um sistema de classificação, capaz de normatizar o *continuum* entre as condições de liberdade. Assim nasceram os “pardos”, uma categoria que normatizava a “presença crescente de um importante estrato de descendentes de escravos africanos, libertos algumas gerações antes, (...) diferenciando-os da população livre de cristãos velhos, dos escravos e daqueles recentemente libertos, a maioria de origem africana”¹⁴.

Neste quadro apresentado, uma questão de especial interesse para a pesquisa histórica das categorias de classificação racial é a invenção do termo

¹³ MATTOS, Hebe. “‘Pretos’ and ‘Pardos’ between the cross and the sword: racial categories in seventeenth century Brazil”. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n.º 80, p. 43-55, abril 2006, p. 51.

¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 48.

“raça” como noção eminentemente religiosa. Do mesmo modo, a criação de uma hierarquia das cores será tão somente um mecanismo de identificação do comportamento herege ao estágio de pureza de sangue¹⁵.

Hebe Mattos também ilumina os sentidos assumidos pela classificação “por cores” no contexto do período imperial, indicando aí já uma variação semântica importante. E o faz com base no censo que não houve, de 1852, interrompido pela “Guerra dos Marimbondos”, que era contra os decretos que dispunham sobre o censo.

O episódio é peça-chave para uma possível frente de pesquisa acima apontada, acerca do papel da estatística na desconstrução de representações tradicionais de poder¹⁶. Em tais representações, a população se excluía aos recenseamentos por considerá-los uma violação do Estado à esfera privada e um mecanismo de restrição de liberdade.

Liberdade no sentido entendido pela sociedade imperial, liberdades civis asseguradas pelos novos direitos inscritos na constituição de 1824, que identificavam a condição de livre. Este é um ponto capital, pois a constituição de 1824 desautorizava a cor das pessoas livres como impedimento legal ao acesso a cargos públicos e posições de prestígio no novo Império. Com efeito, o novo arcabouço jurídico descaracterizava legalmente a “mancha de sangue” como mecanismo de hierarquia social.

As novas noções de direitos e de cidadania, veiculadas pelas revoltas liberais, dividiam a condição social entre livre e não-livre, rompendo com a tradição da “pureza de sangue”, da purificação e habilitação do livre no fluxo geracional. Ao contrário, a liberdade na sociedade imperial, com todas as garantias civis implicadas, se definiria na condição de nascimento, no registro público como base da personalidade jurídica. Assim, pelo nascimento, só existiriam livres e escravos. Até mesmo os decretos 797 e 798, de 18 de junho de 1851, em conformidade com a constituição de 1824, previam o registro de cor somente dos escravos.

No entanto, a “mancha de sangue” continuava como um recurso consagrado do que hoje chamaríamos “discriminação racial”, mantinha-se como prática social de classificação dos indivíduos. Este contexto é fundamental para entendermos a resistência popular à declaração de cor, pois mesmo restrita ao universo dos escravos, foi uma iniciativa interpretada como possível tentativa de reescravização de libertos e de sua descendência direta, especialmente vulneráveis diante daquilo que julgavam o retorno de uma prática superada que esvaziava direitos civis reconhecidos em lei: o expediente da “mancha de sangue”.

¹⁵ É assim que Bluteau, em seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, de 1712, no verbete “concessão de misericórdia”, na página 36, define raça: “Falando de gerações, sempre têm uma natureza malévol. Ter raça (sem nada mais) leva ao mesmo, que é ter raça de mouro ou judeu. Procure assegurar-se de que os servidores da misericórdia não tenham raça”.

¹⁶ Corolário dessa frente é o problema da ascendência dos párocos sobre as populações locais, e o da mobilização da ideologia religiosa como resistência dos populares às novas faces do Estado Nacional em formação, notoriamente a atividade estatística. Na mesma direção apontam as reflexões de Neves, Bastos e Guimarães, no documento supracitado: “Talvez aí fosse interessante salientar as origens das dificuldades enfrentadas até os dias de hoje por recenseadores e pesquisadores de órgãos oficiais, devido a uma tradição que data do período colonial: a aversão da população brasileira a qualquer tipo de levantamento promovido pelas autoridades. Sabe-se que na América portuguesa os padres evitavam responder aos censos e proibiam seus paroquianos de fazê-lo, porque temiam o desmembramento das respectivas freguesias, caso fosse constatado o aumento do número de habitantes. No Império essa atitude refratária seria motivada não apenas pelo costume, mas também pelo receio da convocação para o serviço militar. Ou, então, pelo medo de que os governantes fizessem uso das informações para escravizar a população negra livre” (Breves reflexões ...).

Somente assim, segundo Hebe Mattos, poderíamos entender porque a iniciativa do censo causou tanto furor entre os revoltosos e como estes conseguiram reunir tantas simpatias no nível local, que tornaram difícil a repressão do movimento. A medida do censo, compreensivelmente mal interpretada, soava como um retorno a um estado restritivo e superado que ameaçava fortemente a identidade dos novos grupos de pardos constituídos, o seu ideal de estabilidade familiar e de propriedade que os situava na mobilidade social como camponeses. É esta camada de novos camponeses, com uma latente memória do cativo, que constitui o estrato social da revolta.

Neste contexto, a classificação de cor sancionava direitos e restrições de liberdade. Um estudo comparativo em relação a 1872 sobre os significados envolvidos na declaração de cor (então, transmutada em “raça”) está por ser feito. Somente através deste procedimento pode-se situar e interpretar as variáveis numéricas concernentes às categorias de classificação e estabelecer a comparabilidade das séries históricas destas informações: “Era realmente essencial que os revoltosos fossem ouvidos sobre que instâncias consideravam confiáveis para registrar se seus filhos haviam nascidos livres, libertos ou escravos”¹⁷. Então, como hoje, os declarantes que se distribuem nas categorias são os primeiros implicados na classificação racial ou de cor.

Adiantando o que diremos mais à frente, o programa de trabalho da linha contempla uma parceria com a academia. No que diz respeito à formulação das categorias estatísticas, alvo de tantas polêmicas conceituais e processuais (afinal, cada vez mais seus números configuram direitos), a academia até hoje tem apenas fornecido conceitos, tendo o IBGE que arcar com as freqüentes insatisfações dos demandantes representados em tais categorias. Ao mesmo tempo, a comunidade científica, dentre ela os historiadores, utilizam as categorias estatísticas em seus trabalhos, como meio de análise. Muitas vezes lhes escapa que a estatística opera com individualizações e que, por isso mesmo, participa da elaboração do social. Assim fazendo, a estatística molda o social e os olhares externos dos pesquisadores. Portanto, mais do que tomar as categorias como objeto de reflexão acadêmica, trata-se de conhecer a experiência histórica do IBGE e a metodologia da estatística para melhor compreender o universo que preside a construção das categorias. Dessa forma, alargam-se os estreitos limites de cooperação entre o IBGE e a academia. Fornecendo-se as condições institucionais para o conhecimento da experiência histórica do IBGE e do *modus operandi* estatístico, através da linha de pesquisa, a comunidade de historiadores (tanto os incorporados ao quadro quanto os usuários externos – pesquisadores universitários, mestrands e doutorands) passa a ser convidada a refletir ativamente sobre as categorias estatísticas, aprimorando sua formulação e execução, os aspectos conceituais e processuais.

Ainda no que diz respeito à frente de pesquisa das categorias estatísticas, ressalva-se a sua importância para integração e aperfeiçoamento dos trabalhos estatísticos e das linhas de pesquisa em andamento do IBGE. O pessoal da área de História poderia ser alocado em caráter contingencial em épocas de mobilização para os recenseamentos, de revisões e de introduções de novas temáticas de pesquisa, recuperando o quadro conceitual histórico utilizado nas investigações anteriores e confrontando-as com o quadro teórico fornecido pelas equipes de sociólogos e antropólogos. Mediante o conhecimento dos relatórios e

¹⁷ MATTOS, Hebe Maria. “Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da ‘Guerra dos Marimbondos’ em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios”. *Almanack braziliense*, n.º 03, pp. 40-46, maio 2006, p. 45.

pareceres das comissões e dos técnicos das pesquisas de mesma natureza já realizadas pelo IBGE, pode-se evitar a repetição de erros, desnudar antigas dificuldades e obstáculos à execução da pesquisa.

Dessa forma, tanto o aspecto teórico quanto o processual seriam fortalecidos, facilitando em larga medida a precisão e o planejamento das operações. Os historiadores poderiam, por exemplo, contribuir para a eficácia das tomadas de decisões sobre a conveniência ou impertinência da montagem de comissões censitárias (a discussão é recorrente a cada censo), com base na experiência histórica. O estudo das adoções das técnicas de amostragem, das tecnologias de processamento, e um mundo de outros temas, estão a exigir estudos e análises históricas.¹⁸

Enfim, o conhecimento da experiência histórica da instituição pode poupar tempo e custos, ajudando a dinamizar os esforços.

VIII

Uma linha de pesquisa histórica, a nosso juízo, responderia por um **programa de trabalho formado em três frentes**: interna à equipe, externa à equipe mas interna ao IBGE, e externa ao IBGE. Claro, a depender dos recursos disponíveis, materiais, técnicos, e, em especial, humano, em equipe formada por historiadores, economistas, sociólogos, demógrafos, arquivistas, cientistas da informação, e vários outros.

A primeira frente de ações traduziria a autonomia da equipe e sua liberdade na eleição de temas e objetos de pesquisa, como, por exemplo, o estudo das revistas e das sociedades científicas vinculadas à Estatística e à Geografia, reunindo a maior parte dos principais nomes da estatística e da geografia no Brasil e no mundo. São documentos riquíssimos para o estudo da formação e consolidação do campo científico de ambas as áreas no país. Divulgaram contribuições de grandes intérpretes brasileiros, como Gilberto Freyre, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho, Roquete Pinto, Alceu Amoroso Lima, entre outros. Em suas páginas deu-se muito do debate sobre a educação do país nos tempos de Capanema, com contribuições do próprio Amoroso Lima e vários artigos de Anísio Teixeira e de Lourenço Filho.

Estudar estas revistas, pela importância que atingiram nos anos 40, 50 e 60, muito além de fazer história institucional e história dos intelectuais, é reescrever a história do país, ao recuperar o IBGE como agente político na formulação dos projetos nacionais – conservadores e reformistas – em sua importante função de planejamento estratégico. O IBGE precisa ser estudado em seu entorno significativo, em sua inserção e atuação na estrutura política. **Desde o ato de sua concepção, em 1936, o Instituto Nacional de Estatística (tornado IBGE, com a incorporação do Conselho Nacional de Geografia, em 1938) foi projetado como agência capilarizada do poder central, com alcance nacional a partir do nível municipal, o que, no contexto do Estado Novo, proporcionava o diálogo**

¹⁸ Algo que está por ser feito é a montagem das séries estatísticas referidas ao século XIX, um trabalho que exige extrema atenção às categorias estatísticas, em geral pouco claras à época, quando não omissas mesmo, atenção que supõe olhares educados, como os dos historiadores. Mais que o manuseio operacional dos documentos, elaborando tabelas, é preciso compreender-lhes as significações, de modo a se perceber o quanto as tabelas podem ser serializadas, ou não. Enfim, um produto essencial, sem dúvida, de grande valor e atração aos estudiosos (Economistas, Sociólogos e, naturalmente, Historiadores). Essas séries, é óbvio podem trazer um novo olhar à história brasileira.

direto entre sociedade e governo federal, esvaziando a sobrerepresentação política das oligarquias e das autonomias estaduais. Assim, o IBGE, em sua origem, foi a agência de informação e de saber técnico por excelência, facultando a desconcentração espacial da burocracia, em benefício da dimensão nacional da governamentalidade, sob a Era Vargas. Foi o único órgão na história republicana a ser dotado de “estrutura administrativa especial”, de estatuto jurídico *sui generis* (de caráter nacional, quando a dimensão nacional era pouco falada), vinculado diretamente à Presidência da República (depois, em meados da década de 1960, não mais o seria, tornando-se instituição do planejamento). A incongruência de sua definição jurídica explica que já o tenham chamado de “órgão para-estatal autônomo”, outra expressão que pouco esclarece. Do mesmo modo, foi talvez a única entidade oficial a ter uma assembleia ao lado de um conselho deliberativo, sendo todas as resoluções discutidas, votadas e publicadas, o que constitui um corpo documental sem paralelos para a ação de historiadores.

IX

Também a geociências merece atenção especial. O nível de conhecimento em que nos encontramos quanto à geografia, infelizmente, não é o mesmo da área de estatística, o que, no fundo, acaba por ser um alento, pois o manancial de temas e objetos está todo em aberto. Seguramente, uma história da geografia (ou geociências) no IBGE, e fora dele, como a que vimos fazendo para a estatística, muito teria a iluminar.

De pronto, podemos apontar alguns temas de pesquisa. Primeiro, uma história das campanhas geográficas dos viajantes estrangeiros (acompanhados por brasileiros), de seus relatos “geográficos” e “etnográficos”, e de sua relação com a construção de um olhar científico sobre o espaço brasileiro. Qual foi a representação sobre o nosso “tipo nacional” ou sobre o espaço brasileiro que emergiu a partir destas investidas de estrangeiros? Não seria o olhar geográfico brasileiro, em suas origens, de alguma forma tributário, continuador e veiculador da representação estrangeira de nossa nacionalidade e de nosso espaço (negando-se, é claro, qualquer “reflexo cultural” e considerando-se as apropriações)? O que se propõe é, justamente, é que se pesquise a construção histórica desse olhar.

Para Neves, Bastos e Guimarães seria desejável que o estudo das explorações geográficas no século XIX “extrapolasse as contribuições dos viajantes estrangeiros, debruçando-se também sobre as excursões realizadas por brasileiros, comissionados pelo governo imperial para desbravar partes ainda desconhecidas do vasto território nacional”. De igual modo, recomendam “o estudo das primeiras cartas geográficas do Império. Mapas elaborados por militares e sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a exemplo de Conrado Jacob Niemeyer (*Carta geral do Império*, 1846) e de Henrique de Beaurepaire Rohan (*Carta do Império do Brasil*, 1876). Vale acrescentar que os dois recortes temáticos sugerem, ainda, estudos que contemplem as atividades científicas de entidades do porte do IHGB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; os intercâmbios estabelecidos pelas duas corporações com entidades estrangeiras congêneres” (Breves reflexões ...).

As observações nos parecem muito pertinentes. A incorporação das excursões comissionadas de brasileiros, ao lado da exploração geográfica dos estrangeiros ficaria ainda mais enriquecida se este tema de trabalho adotasse a perspectiva de evolução histórica do olhar sobre o nosso espaço. Assim, por exemplo, confrontar-se-iam as investidas dos pioneiros da geografia no século XIX, nacionais e estrangeiros, com os trabalhos de campo e as viagens de reconhecimento amparados em metodologia científica, já em nome do IBGE, de geógrafos como Francis Ruellan e Leo Waibel, nos anos 40. Vale lembrar as obras clássicas decorrentes destas viagens, como “Capítulos de geografia tropical e do Brasil” e o estudo sobre as colônias alemãs no sul do Brasil, ambos de Leo Waibel.

No que tange ao estudo das cartas do Império, a iniciativa se desdobraria numa segunda frente de pesquisa, ao se enquadrar num escopo mais amplo que compreenderia a análise da evolução das representações cartográficas e de sua tecnologia, situada entre a História Política e a História das Técnicas, desde os pioneiros do IHGB aos geógrafos modernos do IBGE.

Um terceiro tema deveria versar sobre as relações interinstitucionais tecidas entre o IBGE, o IHGB, a SGRJ e o IPAGH. Sabe-se que, ao contrário da área de estatística do IBGE, que de início centralizou e que hoje busca coordenar as entidades produtoras de estatísticas públicas, a área de geografia nasceu e se alimentou da convivência entre diferentes espaços institucionais igualmente produtores de saber geográfico. Empreendimentos comuns, direcionamento políticos convergentes, quadros institucionais intercambiáveis, intermediários e redes de influência foram construídos e levados a cabo desde o momento de concepção da geografia do IBGE, quando José Carlos de Macedo Soares presidiu a todos estes espaços geográficos e alimentou estratégias simbióticas entre eles. Neste sentido, seria interessante investigar o papel central do IBGE na formação do que tem se convencido chamar de “cultura geográfica brasileira”, entendida como um conjunto de representações da disciplina, compreendendo conhecimentos, normas e valores, partilhados por cientistas, intelectuais e políticos. O tema é de fundamental interesse, inclusive para as instituições congêneres, pois o IBGE foi e é um espaço nodal na integração destas instituições. Esta pesquisa também se harmonizaria com a necessidade de historicizar os saberes e práticas da geografia do IBGE, um dos objetivos norteadores da linha.

Quarto, algo sobre o papel do IBGE na formação dos geógrafos e do campo geográfico brasileiro; sobre este tema, vale dizer que o IBGE recebeu diversas comitivas de geógrafos franceses, muitos dos quais ficaram muito tempo em seus quadros¹⁹. Parênteses: o Conselho Nacional de Geografia, integrante do IBGE, foi por muito tempo o grande incentivador dos encontros e congressos internacionais da área no Brasil, entretanto, nunca organizou uma escola própria (ao contrário da estatística, por meio da ENCE); esta e outras situações peculiares precisam ser estudadas, explicando talvez a lenta perda de primazia para a academia na renovação do debate intelectual das geociências. **Através do estudo das relações entre os diferentes espaços geográficos, apontado anteriormente, podemos estabelecer filiações e afinidades ou situações de concorrência entre eles. Por exemplo: de que formas o IHGB e a SGRJ se favoreceram na articulação com a hegemonia nacional do IBGE na produção geográfica, nos anos 40, 50 e 60? Como**

¹⁹ As viagens dos geógrafos, ao longo do século XX, chamadas mesmo de novo bandeirantismo, bem podem ser associadas às sagas dos viajantes do século XIX. Noutro ponto, a feitura dos mapas nacionais, e dos atlas, têm elas próprias uma história, com múltiplas possibilidades, inclusive (a menos evidente) tendo por centro a questão das técnicas e das tecnologias.

o IBGE foi afetado, e por tabela aquelas agremiações, pelo advento da pós-graduação da geografia e da pesquisa científica universitária? Quais foram as estratégias e articulações que utilizaram para reagir a esta lenta “expropriação”?

Quinto, valeria investigar o papel estratégico do IBGE, e especialmente o da área de geografia, no planejamento da colonização e do povoamento do Centro-Oeste, inclusive na delimitação da nova capital. Sobre este tópico, recorde-se rapidamente o papel do IBGE na inauguração da nova capital de Goiás, quando desempenhou o papel de coordenador de todos os eventos que aí tiveram lugar por conta do ritual de inauguração. Mais do que o título de “patrono do batismo cultural de Goiânia”, ao IBGE coube a primazia sobre todo o discurso intelectual organizado em torno de Goiânia e a consolidação da extensão física do poder central por meio do saber enraizado no espaço. **Mais do que o revestimento simbólico da simples presença de uma instituição oficial dotada de um discurso autorizado sobre o espaço, numa terra selvagem que receberia seu “batismo” civilizador, o IBGE engajou seus quadros na colonização do centro-oeste. A obra *Problemas de Base do Brasil*, sistematização do “ideário cívico do IBGE”, é concomitante ao clássico *Divisão Regional do Brasil*, de Fábio de Macedo Soares Guimarães²⁰. O estudo é apenas um dos trabalhos de ordenamento territorial, que visavam subsidiar futuras ações de governo no tocante à distribuição espacial dos recursos públicos. Além deste grupo de análises, poderíamos citar outros de caráter mais imediato, demandados pelo governo federal para o planejamento do território, como o plano de localização da futura capital do Brasil no Planalto Central, elaborado por Waibel e Ruellan.**

Em reforço do tema anterior, poderíamos apontar outro, o sexto, sobre a participação do IBGE, em especial sua vertente geográfica, no planejamento econômico brasileiro. As contribuições de Roberto Schmidt de Almeida²¹, na forma de artigos de sua autoria encaminhados para fomentar a linha de história, apontam para a participação do IBGE na construção das estruturas do macro planejamento do pós-guerra. Na idealização do Plano Salte (1950-51), na Comissão Mista Brasil-EUA (1951-53), que levou à criação do BNDE, e na Missão Abbink-Bulhões (1948-49), que organizou o planejamento do sistema elétrico brasileiro, “o IBGE tinha assento na mesa de negociação e subsidiava, com dados e informações espaciais, as ações tomadas”²². Ainda de acordo com Schmidt, as questões urbanas e industriais iniciadas nos anos 50, “foram as que mais aproximaram o IBGE do núcleo de decisões do poder federal durante toda a década de 60, incluindo aí os primeiros governos do ciclo militar”²³. A produção e a qualidade dos estudos na área de redes urbanas, ao longo dos anos 60, atestam a tese de Schmidt, alcançando sua maior expressão no livro clássico de Pedro Geiger “Evolução da rede urbana brasileira”. Segundo Schmidt, em decorrência de trabalhos como este, foram solicitadas ao IBGE pelo governo federal “análises do arcabouço urbano do Brasil, objetivando a determinação de pólos de desenvolvimento”²⁴. Igualmente, a determinação das áreas metropolitanas foi uma das vertentes do mesmo movimento. Movimento também que inspirou a notável liderança de Speridião Faissol, em projetos sobre os processos de estruturação intra-urbana, e de

²⁰ O estudo defendia a necessidade e conferia bases pioneiras para a fixação de uma divisão macrorregional única e estável, dando preferência às variáveis naturais, porém reconhecendo a possibilidade de um recorte amparado em aspectos econômicos.

²¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador aposentado do IBGE, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e consultor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

²² ALMEIDA, Roberto Schmidt de. “O IBGE e a evolução da idéia de desenvolvimento no Brasil”. Texto inédito cedido pelo autor, 1997/8, p. 7.

²³ IDEM, Ibidem, p. 9.

²⁴ IDEM, Ibidem, p. 10.

Orlando Valverde, nos estudos sobre o sistema urbano da Amazônia no contexto de edificação da rodovia Transamazônica²⁵. Enfim, para além da participação do IBGE no planejamento econômico brasileiro, seria interessante analisar a própria contribuição do Instituto no desenvolvimento da idéia de planejamento, como sugere Schmidt.

X

Ainda no programa de trabalho da frente interna à equipe, deparamo-nos com a história da memória institucional, tomando-se a própria memória como objeto de estudo.

Foram muito variados os significados das mobilizações dos fundadores ao longo do tempo. Também o foi a necessidade de inventar novas tradições por parte de gestões que precisaram (ou apenas quiseram) enfatizar a ruptura com o passado e superar mitos fundadores a ele ligados para implementar projetos renovadores para a casa.

Da mesma maneira, muitas vezes reivindicou-se a filiação a uma tradição solidamente instituída para legitimar projetos, sustentar novas parcerias e empreendimentos do órgão. O seminário sobre os 100 anos de Teixeira de Freitas, o grande idealizador e fundador do IBGE, ou as comemorações dos 50 e dos 60 anos foram algumas das ocasiões que dão ensejo a uma pesquisa de vulto sobre a mobilização do universo simbólico da entidade, sobre a história da memória.

O alinhamento aqui é com a nova e crescente tradição historiográfica da história oral. Não se trata de entender a história oral como simples técnica de constituição de acervos orais e de organização de festas comemorativas, como se tem praticado na instituição desde a implantação da área de memória em 1990, mas de se fundamentar no quadro teórico-metodológico da história oral, da qual os conceitos de “silêncios da memória” e de “memória partida” são bons exemplos. Vale dizer que um investimento na história da memória ajudaria a revitalizar a área da memória, funcionando em parceria direta com ela, realizando uma demanda contínua do seu arquivo e orientando a construção dos acervos orais, de acordo com os problemas postos pela pesquisa.

XI

Uma frente de pesquisa filiada à histórica econômica também pode ser esboçada. O estudo de séries estatísticas pode revelar muito sobre as variações e disparidades no desenvolvimento das economias regionais do país, confirmando ou desmentindo a historiografia tradicional. Entendemos que deve caber ao IBGE engajar-se nos estudos do movimento de expansão econômica, em diferentes temporalidades. Não apenas por sua qualidade de guarda de documentação estatística, mas, principalmente, porque a construção de unidades mínimas de comparação das séries estatísticas em períodos recuados, base dos trabalhos da história econômica, é de competência e autoridade do IBGE. E para esta tarefa hercúlea, de médio a longo prazo, deve-se contar, uma vez mais, com uma linha de pesquisa histórica capaz de definir prioridades, colocar problemas que orientem uma seriação verdadeiramente comparável e selecionar a natureza das estatísticas e dos períodos que devem ser privilegiados para uma a construção das unidades mínimas

²⁵ IDEM. “As principais linhas de pesquisa da geografia brasileira”. Texto inédito cedido pelo autor, 2000.

de comparação. E se quer que tudo seja feito em consonância com os debates e as novas perspectivas de investigação da universidade, em diálogo aberto com a renovação dos objetos, abordagens e problemas que constantemente redefinem os usos das fontes, das estatísticas em nosso caso.

Aqui, introduzimos a relevante contribuição de Eustáquio Reis²⁶, na forma de um trabalho²⁷ de sua produção acadêmica, a partir do qual podemos alinhavar duas frentes de pesquisa em história econômica, nos moldes acima descritos.

A primeira é um estudo do desenvolvimento da economia mineira. Esta seria de natureza muito específica, devido ao difícil acesso a um território recortado por serras e acidentes naturais de vários tipos, que encareciam muito os custos de transportes. Como consequência, durante o surto minerador e a colonização que lhe seguiu, o estabelecimento das instituições econômicas e estatais em Minas assumiu um caráter bastante específico. Diferentemente da colonização agrária do nordeste, marcada não só pela delegação do monopólio do uso da força, mas de quase todas as funções públicas (justiça, defesa, polícia, educação) aos grandes senhores de escravos, a presença do Estado nas áreas mineradoras era explícita, buscando controlar diretamente diversos aspectos da organização social. Isto em função da necessidade de dispersar geograficamente as instituições coloniais, diante das dificuldades de tributação de produtos essencialmente portáteis e evasivos, como o ouro e o diamante (Uma agenda..., p. 11). O resultado foi um aspecto híbrido da escravidão mineira, lançando-se o Estado como arrematador legal da instituição escravista.

A historiografia já consagrou as estratégias de negociação dos escravos junto a seus senhores, em situações de assimetria de informações, nas quais se acentua ainda mais a eficácia dos incentivos econômicos sobre os coercitivos na produtividade do escravo (aumento da prática do pecúlio, dos contratos de alforria e coartação). A historiografia também já salientou o papel muito especial do Estado em Minas, mobilizando ele próprio muitos destes incentivos econômicos, através de legislação que criava alforrias por denúncia de evasão fiscal ou pela descoberta de diamantes excepcionais (Uma agenda ..., p. 12).

Falta, entretanto, e este seria um tema de trabalho desta frente, a relevância estatística, os condicionantes e as implicações das adaptações institucionais da escravidão com base no acervo de informações sobre contratos de alforria e coartação produzido pela nova historiografia mineira. A investida estatística poderia ratificar, complementar e dar novas bases de trabalho para a historiografia neste campo, especialmente relevante por ser uma intercalação entre a história regional, econômica, social, cultural e política.

Ainda na economia mineira, um segundo tema de trabalho deveria levar em consideração o impacto do transporte ferroviário no custo de transportes e no aumento da rentabilidade dos produtos para exportação (Uma agenda ..., p. 14-15). O impacto do transporte ferroviário na organização das atividades econômicas, em Minas, levou ao crescimento do café e da pecuária, voltados para a exportação, e ao arrefecimento da indústria manufatureira e artesanal, antes voltada para os mercados locais, e depois sufocada pela concorrência com Rio e São Paulo, novos pólos industriais. Dessa forma, o segundo tema de trabalho consistiria em quantificar os efeitos das tarifas alfandegárias sobre o comércio interno na lucratividade e localização das atividades econômicas, estabelecendo-se um estudo

²⁶ Eustáquio José Reis é pesquisador do IPEA e Doutor em Economia pelo Massachusetts Institut of Technology (MIT).

²⁷ REIS, Eustáquio J. "Uma agenda de pesquisa para a história econômica brasileira". Texto inédito cedido pelo autor, 2005.

comparativo entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX, de maneira a mensurar o impacto do transporte ferroviário. Um estudo em escala nacional poderia mostrar como e quanto as tarifas internas incidiram com maior intensidade na economia mineira.

Um terceiro tema, de maior envergadura, e de competência exclusiva do IBGE, seria o da organização da base de dados municipais, através da construção das áreas mínimas comparáveis (AMC), para permitir a utilização dos modelos de dados de painel nas análises histórico comparativas. “As mudanças ocorridas nas áreas e limites dos municípios impedem comparações geograficamente consistentes da evolução temporal dos dados demográficos, econômicos e sociais. Para possibilitar comparações consistentes no tempo é necessário agregar os municípios em áreas mínimas comparáveis, ou seja, no menor número de municípios necessário para que a área geográfica conjunta permaneça constante ao longo do período de análise” (Uma agenda ..., p. 18). A idéia norteadora aqui é retroceder as AMC para períodos históricos tão longos quanto possível e relevante (ou seja, que as áreas não sejam demasiadamente abrangentes e o número demasiadamente pequeno). Como diz Eustáquio Reis, em sua proposta de agenda de pesquisas, “a disponibilidade desses painéis forma mais sistemática e rigorosa as interações entre condicionantes geográficos, demográficos, institucionais e tecnológicos do desenvolvimento histórico das diversas regiões ao longo do século XX” (Uma agenda ..., p. 19).

Enfim, em que pesem as valiosas sugestões de pesquisa de Eustáquio Reis, carecemos de maiores subsídios e direcionamentos para formalizarmos, com eficiência, uma desejável frente de pesquisa em história econômica, o território clássico que desde muito tem unido a história e os historiadores à estatística.

XII

Numa **segunda frente de ações**, temas “extra-equipe” variariam conforme o programa de trabalho institucional, por exemplo em ano de revisão desta ou daquela temática técnica, digamos a agropecuária, ou as pesquisas industriais, poder-se-ia agregar-lhes relatos históricos, revelando trajetórias, e mais, nessa linha, participar, com visão histórica, das polêmicas conceituais e processuais no entorno de certas categorias como “raça”, “religião”, e tantas outras, para o que muito valerão os trabalhos da primeira frente neste sentido (como vistas acima no item VII). A dinâmica e a demanda do trabalho institucional poderão, assim, ordenar as categorias estatísticas a serem estudadas; nesse vertente, para viabilizar os projetos seria preciso partilhar equipe.

É patente nos textos temáticos institucionais, mormente quando das revisões das pesquisas, a presença de sínteses históricas. Entretanto, são tão sintéticas essas sínteses que acabam perdendo significações. Não obstante, revelam a importância que se atribuem a essas incursões históricas, que mais rica ainda seriam se feitas ao longo dos processos de revisão e estudos, e não apenas como enfeite nos documentos institucionais. Enfim, essa frente de ações muito oferece em possibilidades, e pode ajudar muito à instituição.

XIII

Numa **terceira frente de ações**, viriam temas em parcerias externas, seja com outros órgãos similares, seja com o mundo acadêmico, através de dissertações de mestrado, de teses de doutorado, e mesmo de linhas de pesquisa acadêmicas; enfim, um esforço de se despertar uma comunidade de pesquisadores, envolvendo-a. Os temas poderiam ser iniciativas trazidas (reveladas) na primeira frente do programa de trabalho e desenvolvidas por trabalhos acadêmicos e parcerias do IBGE com a universidade.

Um bom exemplo é o Fundo Teixeira de Freitas, citado no início; é claro que ao IBGE interessa conhecer as várias faces de seu criador, construir a história de suas principais referências; Teixeira à frente, uma problematização que vai muito além do caráter memorialístico da atividade institucional existente. Neste sentido, a organização, a classificação e a análise do material de 13.600 documentos, uma vez digitalizado, muito estará revelando sobre a relação entre Estado e intelectuais na Era Vargas. Teixeira de Freitas acumulou e concatenou as atividades de estatística e de publicidade durante todo o ministério Capanema, integrou na linha de frente o movimento da “Escola Nova”, ao lado de seus grandes amigos Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, foi pioneiro do pensamento municipalista no Brasil e buscou dar força a ele através do IBGE. Por demais, uma biografia histórica, sem a “ilusão biográfica” denunciada por Bourdieu, muito mais do que um tributo ao gênio propriamente estatístico de Teixeira de Freitas, poderia recuperar historicamente o precursor e artífice de todos, repita-se, de todos os sistemas de informação do Brasil.

Teixeira de Freitas é apenas um dentre muitos ibgeanos notáveis que poderiam ser estudados em parceria entre o IBGE e a academia, ao retirarem-se as barreiras artificiais e esterilizantes que separam a sociedade como objeto de estudo de um lado e os liames institucionais de outro, que acabam sendo resgatados apenas pela estreita perspectiva da memória institucional, perdendo-se inteiramente de vista o viés propriamente analítico²⁸.

Uma sugestão de pesquisa, ainda nesta terceira frente, é a construção da relação histórica entre o IBGE e o IPEA na formação da inteligência e na formulação das políticas públicas.²⁹ E já se propôs a sua junção.

XIV

Nada se esgotou, acima. Apenas sugestões foram oferecidas. Muito, muito mesmo, há de se pensar, propor e discutir para que se chegue a termo sobre as extensas possibilidades de uma linha de pesquisa histórica no IBGE, e nas demais instituições estatísticas, em trabalhos de parceria³⁰. Parcerias internas, e também as externas.

²⁸ Outros nomes: José Carlos de Macedo Soares, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Giorgio Mortara, José Carneiro Felipe, Luís Simões Lopes, Isaac Kerstenetzky, Speridião Faissol, e muitos outros.

²⁹ No livro “IPEA 40 anos, uma trajetória voltada para o desenvolvimento”, com inúmeros depoimentos tomados pelo CPDOC (2005), há diversas referências ao IBGE.

³⁰ A opção pelas frentes de pesquisa aqui apontadas e por sua filiação preponderante ao quadro teórico da História Política foi feita somente por motivos de limitação e de especialização funcional. Esta fundamentação inicial foi pensada e escrita a quatro mãos, enquanto que a oficina prevista o será por muitas mais. O que se quer é a variedade de temas e de enquadramentos, de modo que contribuições do campo da

Parcerias externas com a academia, trazendo-a para mais perto do IBGE, num profundo amálgama de funções, em livre troca ao invés de uma rígida fixação de competências, vale dizer, a academia fornecendo os conteúdos e os conceitos ao IBGE, e ele arcando com as eventuais polêmicas e insatisfações dos demandantes. Seria uma ação a mais para se passar da condição de centro de pesquisa a centro de ciência.

Em tempo, uma decorrência das pesquisas históricas seria um repensar da Memória Institucional do IBGE, revitalizando sua importância. O acervo ibgeano, riquíssimo, teria que ser organizado, classificado, digitalizado e tornado disponível, visível, em diferentes mídias; isso será vital para as pesquisas históricas, bem assim, ajudando ao marketing institucional, com muitos mais leitores e consumidores ocupando o espaço do IBGE; a edição de tantas obras e séries históricas teria como contraparte a dinamização da demanda de pesquisa externa. Estariam, assim, dadas as condições institucionais para se divulgar e disponibilizar este riquíssimo acervo, cujas potencialidades são ainda um tanto desconhecidas do universo acadêmico em geral.

Tenha-se presente que o acervo ibgeano antecede ao próprio IBGE, já que ele é o herdeiro das antigas repartições nacionais de estatística, sejam as do Império, sejam as da República. Nessa linha, cabe-lhe a guarda de uma grande quantidade de relatórios, de estudos, de tabelas com números, de mapas e de atlas, que estão a exigir organizada recuperação e sistematização (inclusive reedições). Sem olvidar, claro, o acervo de livros raros, em vários idiomas, seja em Estatística, seja em Geografia (e ciências afins).

Tendo sido criado, ao IBGE (e o SEN – Sistema Estatístico Nacional), como órgão nacional e não federal, incumbiu elaborar sua própria legislação (em Assembleias Gerais, em Juntas Executivas, em Comissões temáticas, como as censitárias), em quase duas mil resoluções devidamente encadernadas. Dado o sistema parlamentar, como uma espécie de consórcio federativo, o IBGE desenvolveu uma copiosa troca de correspondência, toda ela igualmente encadernada. Essa documentação está a espera de olhares sociológicos, historiográficos, e tantos outros igualmente possíveis.

Há os próprios acervos oficiais, vale dizer, as séries de divulgação / disseminação, com seus planos tabulares, eles próprios a traírem olhares analíticos engajados (na verdade os portfólios de divulgação / disseminação, eles mesmos merecem olhares analíticos). E, como já foi dito, há as coleções de revistas científicas (sobre a estatística, sobre a geografia, e sobre os movimentos municipalistas); e há as vinculações às associações científicas, nacionais e internacionais (desde o século XIX), resvalando ao envolvimento nas grandes exposições nacionais e internacionais.

Enfim, há um mundo de fontes a serem organizadas e exploradas, e essa também seria uma tarefa a ser orientada por uma linha de pesquisa histórica; não é tarefa simples, mas é tarefa sabidamente transcendental. Ela, também pressupõe a presença (efetiva ou por parcerias) de acadêmicos envolvidos com os estudos históricos, sejam eles Historiadores, Sociólogos, Economistas, Demógrafos, Antropólogos, Geógrafos, Cartógrafos, e outros. **Uma linha de pesquisa histórica, nos moldes acima descritos, permitira ao IBGE retomar e renovar uma antiga tradição: a da reflexão conjunta sobre as problemáticas do tempo e do espaço.**

História Econômica e da História Cultural serão igualmente bem vindas quando bem sustentadas. Da mesma forma, afora os grandes campos historiográficos constituídos, também serão ouvidas as sugestões de sociólogos, antropólogos, demógrafos, geógrafos, economistas, cientistas da informação e outros mais convidados para o evento

Rio de Janeiro,

Fundamentos em 29 de maio de 2006, aos 70 anos da criação do IBGE

**Fundamentos mais contribuições em
18 de agosto de 2006, quando da realização do Seminário Isaac Kerstenetzky**

Nelson Senra

Pesquisador no IBGE e Professor na ENCE / IBGE
Economista. Doutor em Ciência da Informação (UFRJ)
Coordenador do Projeto “História das Estatísticas Brasileiras”

Alexandre de Paiva Rio Camargo

Historiador. Mestrando em História (UFF)
Participante do Projeto “História das Estatísticas Brasileiras”